

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado e Câmara fecham acordo para analisar 4 MPs.....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária é bala de prata, e arcabouço, a de bronze, diz Tebet..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arranjo para dar dinheiro ao Congresso dribla Supremo.....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tributação de fundos exclusivos deve ficar para a reforma do IR.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro presta depoimento à PF em inquérito sobre joias..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quem planta arcabouço pode não colher tributária.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf mantém autuações bilionárias da Ambev.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda devolução de todo o imposto da cesta básica aos mais pobres.....20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há indicações de que saúde e educação terão tratamento favorecido".....22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: não há "plano B" para receita de R\$ 90 bi.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

IVA deve vigorar em duas etapas, em 2025 e 2027, afirma Orair.....28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz ao Congresso que reforma tributária é urgente.....30

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar reforma tributária
.....32

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: consumidor será informado na nota fiscal sobre qual é o preço dos produtos sem imposto	33
JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Alckmin sobre reforma tributária: Há solução para setores, podemos ter mais de uma alíquota	35
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária usará 'cashback' para criar benefícios na área de educação, diz Appy	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
O dinheiro que falta para o ajuste fiscal (Editorial)	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reflexões sobre a reforma tributária (Artigo)	39
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Recorde de empresas inadimplentes	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Haddad discute meta de inflação com BC e fala em mudança de calendário	43
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Arcabouço teria economizado R\$ 64,6 bi por ano, diz estudo	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Parcelamento via Pix entra na pauta de Haddad e BC	48
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Inflação cai na OCDE	49

Senado e Câmara fecham acordo para analisar 4 MPs



Vamos trabalhar para instalar mais urgentemente aquelas que expiram até o mês de junho. Tanto a MP do novo Mais Médicos quanto do Programa de Aquisição de Alimentos vencem apenas em agosto, mas vamos instalar [as comissões mistas] ainda no mês de abril"

■ Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou, ontem, em Brasília, que o governo federal fechou acordo com o Congresso Nacional para instalação de comissões mistas para análise de quatro medidas provisórias (MPs) enviadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No total, o governo tem 12 MPs com vencimento até início de agosto na fila para avaliação dos parlamentares. As MPs têm força de lei, ou seja, entram em vigor imediatamente quando são enviadas pelo presidente da República para análise do Parlamento. O prazo de vigência é de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período se a votação na Câmara e no Senado não tiver sido concluída.

Como já anunciado pelo Congresso, deve ser instalada na semana que vem a comissão que vai analisar a reestruturação ministerial do novo governo, que tem agora 31 ministérios e seis órgãos com status de ministério ligados à Presidência da República. O prazo da MP já foi prorrogado e ela precisa ser votada pela comissão mista e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado até 1º de junho. Caso isso não ocorra até a data, perderá a validade.

Segundo Padilha, outras MPs que terão a comissão instalada são as que tratam de mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, do novo Bolsa-Família e do novo Minha casa, minha vida. O ministro explicou que, para agilizar a aprovação do conteúdo das outras MPs, os parlamentares poderão apresentar emendas para incorporar o conteúdo delas àquelas que estarão em análise na comissão mista. Nesse caso, segundo Padilha, serão para medidas que tem conteúdos semelhantes.

Como exemplo, a MP de extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pode ser incorporada na

que trata da reestruturação do governo. No caso da MP que cria o vale-gás, seu conteúdo pode entrar como emenda no texto do novo Bolsa-Família. Outras MPs com conteúdos distintos e que não puderem ser incorporadas deverão ser transformadas em projetos de lei de urgência, que têm uma tramitação mais rápida, como a MP de reoneração dos combustíveis. Segundo o ministro, entretanto, há interesse dos parlamentares em debater alguns temas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o novo Mais Médicos. Nesse caso, as comissões mistas devem ser instaladas." Quando você cria comissão você amplia a possibilidade de mais parlamentares participarem desse debate", explicou. "Vamos trabalhar para instalar mais urgentemente aquelas que expiram até o mês de junho. Tanto a MP do novo Mais Médicos quanto do Programa de Aquisição de Alimentos vencem apenas em agosto, mas vamos instalar [as comissões mistas] ainda no mês de abril", observou.

Ao remanejar algumas das MPs como emendas ou como projetos de urgência, a expectativa do governo é reduzir o número de comissões necessárias, de 12 para cerca de sete. E assim, garantir a aprovação do conteúdo das medidas no prazo necessário.

Impasse no Legislativo

O acordo para instalação das comissões ocorre em meio à disputa entre o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sobre a retomada dos trabalhos das comissões mistas que analisam as medidas provisórias antes da votação em plenário. Em março de 2020, no auge da pandemia de COVID-19, um ato conjunto da Câmara e do Senado flexibilizou as regras de tramitação das medidas provisórias, que passaram a ser votadas diretamente pelos plenários das duas Casas e deixaram de passar pelas comissões, integradas por 13 deputados e 13 senadores.

Em março, Pacheco realizou uma reunião de líderes no Senado e decidiu que as comissões mistas serão retomadas para analisar as MPs enviadas pelo governo. Segundo o presidente, a regra está prevista na Constituição. Por outro lado, Arthur Lira defende uma mudança na composição dos colegiados. Para ele, as comissões de análise de MPs devem ter a

participação de mais deputados em relação aos senadores, como ocorre em outras. Contudo, a proposta não foi aceita pelos líderes no Senado.

O assunto foi judicializado no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de um mandado de segurança protocolado pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) contra o presidente da Câmara. Segundo o parlamentar, a manutenção do modelo de votação direta pelo plenário dá poderes extraordinários a Lira, que, segundo Vieira, pode definir os relatores das MPs e o envio da matéria ao Senado às vésperas do prazo de caducidade.

Já a preocupação do governo é aprovar as medidas no prazo para elas não perderem a validade. "Esses instrumentos [emendas e projetos de urgência] vão garantir podermos manter a votação, colocar para funcionar as comissões mistas, pelo número de parlamentares que envolvem, e ao mesmo tempo, manter o calendário prioritário para o governo", disse, citando, por exemplo, o novo marco fiscal. O ministro Alexandre Padilha disse, ainda, que, após o feriado da Páscoa, o governo deve enviar a proposta do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos, e a expectativa é que o relator também seja definido pelo presidente da Câmara para iniciar a tramitação.

Neste mês também ocorre a primeira sessão do Congresso Nacional, quando deve ser votado o projeto de lei de remanejamento orçamentário que garante o reajuste dos **servidores públicos**, além de analisados vetos a projetos feitos ainda pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/05/04/2023/p1>

Tributária é bala de prata, e arcabouço, a de bronze, diz Tebet

Danielle Brant

A **reforma tributária** é a verdadeira bala de prata para que o Brasil volte a crescer e gere empregos, enquanto o arcabouço fiscal seria a de bronze e ajudaria a resolver o problema de credibilidade do governo, afirmou nesta terça-feira (4) a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

As declarações foram feitas durante audiência no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que discute as mudanças no sistema tributário.

"Se nós temos unidade de pensamento de que a **reforma tributária** é a única bala de prata que nós temos, eu diria até que o arcabouço fiscal é a bala de bronze. Resolve um problema interno, um problema de finanças, um problema de credibilidade do governo, não gastar mais do que arrecada, não virar o ano de 2024 com déficit fiscal, garantir estabilidade da dívida em relação ao **PIB** [Produto Interno Bruto]. Isso é um dever de casa que nós temos que fazer dentro do Executivo", afirmou.

"O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar a credibilidade necessária para, dali adiante, o juro começar a cair e o Brasil poder voltar a crescer, gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a **reforma tributária**", acrescentou.

Segundo a ministra, o texto com as novas regras fiscais será encaminhado à Câmara dos Deputados até terça-feira (11). "O texto já saiu do Planejamento na parte orçamentária, agora a palavra final é do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad", disse.

Tebet acrescentou que o feriado comprometeu o cronograma de entrega e discussão do texto. "Eu fiz uma brincadeira com os colegas que o telefone dos parlamentares que estariam no descanso de Páscoa com a família não pararia, e o da própria ministra do Planejamento e do ministro da Fazenda", disse. "Para evitar, portanto, narrativas equivocadas, há um entendimento que é melhor colocar segunda-feira", acrescentou, antes de ser lembrada de que Haddad estará na China na próxima semana.

"Mas tem o ministro [Alexandre] Padilha [Relações Institucionais]. Aí é uma questão, semana que vem ela

[a regra] está pronta para ser discutida", disse.

A ministra afirmou ainda que a Fazenda dará a palavra final às questões complementares relacionadas à receita. "Vai ter uma cesta de opção ali para se chegar a um incremento de receita sem aumentar a carga tributária", afirmou. "Dentro dessa cesta, que vai ser apresentada ao ministro Haddad, algumas [medidas] por ato normativo se resolvem, não precisam vir para o Congresso Nacional. As outras precisam vir para o Congresso Nacional."

Tebet elogiou a decisão do governo de não encaminhar um texto com suas próprias propostas de mudanças no sistema tributário. "Houve uma determinação do presidente [Lula] que eu acho absolutamente correta de que a **reforma tributária** é hoje uma pauta do Congresso Nacional."

Ela indicou que o Simples e a Zona Franca de Manaus devem continuar com um tratamento diferenciado. "A informação que nós temos é que, a princípio, esses dois benefícios serão protegidos. Portanto, continuarão tendo uma diferenciação no que se refere à questão tributária. Mas, de novo, é uma decisão a ser feita pelo Congresso Nacional que vai ser acatada pelo governo do presidente Lula."

Tebet também foi questionada sobre discutir a mudança na renda e no patrimônio nesta fase da reforma.

"Aí é uma discussão com o ministro Haddad. Eu não me importo, mas quero ser bem objetiva neste requisito. Eu entendo que nós precisamos aprovar a **reforma tributária** mais ampla possível. Se colocar a questão do patrimônio nessa reforma não atrapalhar o andamento e a aprovação dessa reforma, bato palmas, contem comigo", afirmou.

No entanto, acrescentou que há dificuldade em debater uma reforma que contemple estados e municípios e também setores como serviços e agronegócio. "Mas nada impede de aproveitar o texto constitucional para, sei lá, tributar aeronaves no Brasil. Não vou entrar nessa questão neste momento."

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.334495528.16804

98398-1380897342.1635735907

Arranjo para dar dinheiro ao Congresso dribla Supremo

Thiago Resende Brasília

O arranjo desenhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para negociações políticas com o Congresso prevê que dinheiro dos ministérios seja usado como se fosse emenda parlamentar -em um drible à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que proibiu o pagamento das chamadas emendas de relator.

A Folha revelou na segunda-feira (3) que, após herdar R\$ 9,8 bilhões com o fim das emendas de relator, o governo criou um novo mecanismo para destinar verbas ao Congresso e ampliar sua base de apoio. Também estabeleceu que, para gastar o dinheiro, os ministérios deverão seguir orientação da articulação política do Palácio do Planalto.

O governo chegou a colocar um carimbo específico (código A4) nesses recursos, para formalizar e organizar os pagamentos.

Esse dinheiro foi dividido entre sete ministérios indicados pelo relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). O acordo político envolveu as cúpulas da Câmara e do Senado e foi chancelado por Lula. Assim, o relator manteve a influência sobre uma parcela bilionária do Orçamento.

As emendas de relator foram a principal moeda de troca entre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso.

Agora, além da criação do novo código para o dinheiro que será enviado ao Legislativo, cada órgão deverá observar "diretrizes e procedimentos a serem estabelecidos pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República [de Alexandre Padilha, responsável pelas negociações com o Congresso e liberação de emendas] quanto à destinação e execução" da verba, diz uma portaria publicada em março.

A ideia é detalhar como os ministérios poderão usar o dinheiro e determinar como irão divulgar os nomes de quem apadrinhou o envio de dinheiro -seja deputado, senador ou até mesmo prefeito.

A rubrica A4 também facilitará que o Planalto opere e monitore os repasses feitos por intermédio de

parlamentares ou grupos políticos. Nas negociações de Bolsonaro, as emendas de relator também tinham um código (RP9).

Os atos do governo formalizam a participação do Planalto na operação montada para manter o Congresso com o controle da fatia bilionária que teria em 2023 se não fosse a decisão do Supremo.

A Secretaria de Relações Institucionais diz que, como ainda não houve nenhum gasto dessa quantia de R\$ 9,8 bilhões, "não se pode afirmar [...] que houve distribuição nem execução desses recursos, ainda mais sem transparência adequada, o que atesta o cumprimento dos compromissos assumidos" por Lula na campanha, quando ele atacou a falta de transparência das emendas de relator.

Segundo integrantes do governo, o petista teve que cumprir um acordo político com o Congresso após o fim das emendas de relator, e ir contra a vontade dos parlamentares criaria mais barreiras para Lula formar uma base aliada.

Nos três anos finais de seu governo, Bolsonaro permitiu que o Congresso tivesse mais poder sobre gastos por meio das emendas de relator, o que ampliou o seu apoio parlamentar. Quem ocupava a função de relator do Orçamento incluía despesas que, na prática, atendiam a interesses de aliados das cúpulas da Câmara e do Senado.

Em dezembro, por 6 votos a 5, o STF decidiu que omitir a lista de parlamentares beneficiados por essas emendas era inconstitucional, e foram proibidas mudanças feitas pelo relator para expandir despesas públicas.

Antes do julgamento, o relator Marcelo Castro já havia previsto quais ministérios receberiam os R\$ 19,4 bilhões reservados para emendas de relator neste ano.

Num acordo entre os líderes do centrão e interlocutores de Lula, chancelado em dezembro, quase metade (R\$ 9,6 bilhões) foi redirecionado para ampliar as emendas individuais, aquelas que todos os deputados e senadores têm direito.

O restante (R\$ 9,8 bilhões) foi para o caixa de

ministérios do governo. Embora não seja formalmente emenda parlamentar, essa quantia tem sido tratada como tal.

Padilha fecha acordo para análise de MPs

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nesta terça (4) que governo e Legislativo chegaram a acordo para instalar na próxima semana quatro comissões mistas -com deputados e senadores- que vão apreciar medidas provisórias enviadas pelo governo Lula (PT). Na lista estão as MPs de recriação de ministérios, de instituição do novo Bolsa Família e do novo Minha Casa, Minha Vida e a que muda a regras do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Federais).

Das emendas à verba extra

De 2020 a 2022 Bolsonaro deu aval para que o Congresso tivesse mais poder sobre gastos do Orçamento. Isso ocorreu por meio das emendas de relator

19.dez.22 STF declara que emendas de relator são inconstitucionais

20.dez.22 Centrão e Lula fecham acordo para dividir os R\$19,4 bilhões que iriam para as emendas de relator em 2023: R\$ 9,6 bilhões vão para as emendas individuais e R\$ 9,8 bilhões, para ministérios

22.dez.22 Congresso aprova o Orçamento de 2023 e coloca trava para que Lula não possa remanejar os R\$ 9,8 bi

Fev.23 Governo cria código específico para a verba, que não pode ser movimentada sem o aval do Congresso

Mar.23 Portaria do governo diz que pastas devem aguardar orientação do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) sobre como serão aplicados os recursos

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50237>

Tributação de fundos exclusivos deve ficar para a reforma do IR

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br

O Ministério da Fazenda reavaliou os planos e deve deixar para o segundo semestre a proposta de mudar a tributação dos chamados fundos exclusivos, fechados para investidores de alta renda. A medida deve ser incluída na reforma do Imposto de Renda (IR), que vai instituir também a cobrança de imposto sobre dividendos, que hoje são isentos.

O plano do ministro Fernando Haddad é enviar a reforma do IR ao Congresso em meados deste ano, para que essas medidas tenham impacto na arrecadação de 2024. Inicialmente, a Fazenda cogitou mudar a tributação dos fundos exclusivos já nesta semana, como parte do pacote de aumento de arrecadação.

Com a proposta, o imposto sobre os fundos passaria a ser cobrado a cada seis meses e não somente no momento do resgate, como é hoje. É o chamado "come-cotas" já aplicado em outros fundos. Cálculos iniciais apontam a possibilidade de uma arrecadação anual de R\$ 10 bilhões.

Outra mudança significativa no IR será a cobrança de imposto sobre dividendos distribuídos aos acionistas das empresas, o que não ocorre hoje.

Em entrevista à Globo-News, na segunda-feira, Haddad disse que precisa ampliar a receita em um montante entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões para viabilizar as metas contidas no arcabouço fiscal.

OUTRAS FRENTES Para isso, o governo vai apresentar inicialmente três medidas para aumentar a arrecadação. A mais significativa envolve mudança na forma como são registrados os benefícios fiscais concedidos pelos estados, via ICMS, para as empresas. A discussão é sobre como eles devem ser computados no cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O governo quer deixar claro que esses incentivos seriam considerados como uma reserva de lucro e, conseqüentemente, seriam tributados pelo governo federal. O crédito só poderá ser abatido se for destinado a investimentos, e não a custeio. A medida pode render de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões, de

acordo com Haddad.

Outra ação que será apresentada se trata da fechar o cerco à atuação de plataformas digitais, como Shopee e AliExpress, entre outras, que vendem produtos importados no Brasil. Auditores da **Receita Federal** suspeitam que mercadorias entrem no país por meio do comércio eletrônico sem pagar **impostos** porque os vendedores estariam fornecendo informações falsas para sonegar **tributos**. A previsão é arrecadar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões com a medida.

O governo vai ainda tributar apostas on-line, com expectativa de arrecadação anual de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões. Essas empresas passarão a ser taxadas, o que não acontece atualmente. Além disso, haverá cobrança de uma outorga inicial, apenas este ano e para quando uma nova empresa se instalar no Brasil, para autorizar o início das operações.

O aumento de arrecadação neste ano tem potencial de reduzir o déficit, previsto hoje em R\$ 107 bilhões. A meta do governo é chegar a um déficit de 0,5% do **PIB** em 2023 (ou algo como R\$ 50 bilhões).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

R\$ 10

**bilhões
por ano**

É a expectativa de arrecadação
do governo com a mudança na
tributação dos fundos exclusivos

Bolsonaro presta depoimento à PF em inquérito sobre joias



Bolsonaro: para Polícia Federal, provas reunidas mostram indícios de que ex-presidente cometeu crime de peculato

Isadora Peron De Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) vai prestar depoimento, nesta quarta-feira, à Polícia Federal (PF) no inquérito que investiga o caso das joias que foram presentes da Arábia Saudita. A oitiva será presencial, em Brasília.

Além dele, a PF vai ouvir na mesma data outras nove pessoas envolvidas no escândalo, como o tenente-coronel Mauro Cid e o ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes.

Segundo o Valor apurou, a equipe que conduz a investigação virá de São Paulo para realizar os interrogatórios.

Bolsonaro retornou ao Brasil na quinta-feira (30 de março), após passar três meses nos Estados Unidos.

Em entrevista naquele dia, ele negou irregularidades e disse que recebeu as joias da Arábia Saudita "porque eles são riquíssimos".

Pelas provas reunidas até agora, a PF já vê indícios de que o ex-presidente cometeu crime de peculato, isto é, apropriação de um bem público.

Além desse inquérito, o ex-chefe do Executivo ainda enfrenta outras investigações no Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo a que apura os atentados de 8 de janeiro.

Ele também é alvo de 16 ações no Tribunal Superior

Eleitoral (TSE), que podem impedi-lo de disputar uma nova eleição. A que está mais avançada foi apresentada pelo PDT e questiona a reunião realizada com embaixadores de outros países para levantar dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas.

O inquérito sobre as joias foi aberto após o jornal "O Estado de S. Paulo" revelar que, antes de deixar a Presidência, Bolsonaro mobilizou integrantes do governo para tentar reaver um estojo com colar, brincos e outras peças de diamantes avaliado em aproximadamente R\$ 16,5 milhões.

Os itens foram apreendidos pela **Receita Federal** no Aeroporto de Guarulhos (SP).

O conjunto foi trazido pela comitiva do ex-ministro Bento Albuquerque, depois de uma viagem ao país do Oriente Médio em outubro de 2021. O pacote estava com um assessor, que tentou entrar com os presentes sem fazer a devida declaração dos bens, ignorando a regra que obriga a declaração de qualquer objeto que entre no país cujo valor seja superior a US\$ 1 mil.

Na ocasião, Albuquerque, que era ministro de Minas e Energia, chegou a dizer que as joias seriam um presente para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Em depoimento à PF, porém, ele mudou a versão, e disse acreditar que os itens seriam incorporados ao acervo da União.

Depois disso, veio à tona a existência de um segundo pacote trazido na mesma viagem, mas que não foi retido pelo Fisco. O estojo continha relógio com pulseira em couro, par de abotoaduras, caneta, anel e um masbaha (uma espécie de rosário islâmico), todos da marca suíça Chopard. Esses itens, avaliados em pouco mais de R\$ 400 mil, foram embolsados pelo ex-presidente.

Há ainda um terceiro conjunto de joias, que foi entregue diretamente a Bolsonaro pelo rei da Arábia Saudita, Salman Bin Abdulaziz Al Saud, durante uma viagem em 2019. Os itens, de ouro branco e diamantes, são avaliados em cerca de meio milhão de reais e incluem um relógio da marca Rolex.

Após determinação do Tribunal de Contas da União

(TCU), Bolsonaro teve que entregar os dois pacotes a uma agência da Caixa Econômica Federal, em Brasília. O estojo com o Rolex foi deixado pelos advogados nesta terça-feira.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1)**

Quem planta arcabouço pode não colher tributária

Bruno Carazza Belo Horizonte

A economia é a ciência das escolhas difíceis. São tantas restrições, condicionantes e variáveis envolvidas num ambiente de incerteza e de informação limitada, que decisões aparentemente racionais podem se revelar grandes erros de estratégia com o passar do tempo.

No caso das resoluções tomadas pelo ministro da Fazenda no Brasil, ocupação que foi muito bem descrita por Thomas Traumann como "O Pior Emprego do Mundo", esses dilemas ficam ainda mais evidentes.

Fernando Haddad apresentou na semana passada as linhas gerais do que será o novo arcabouço fiscal neste terceiro governo Lula.

A opção de atrelar o crescimento das despesas a 70% da variação da arrecadação no ano anterior foi bem recebida pelo mercado, como comemorou o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, em entrevista ao Valor.

Porém, a imposição de uma trava de incremento mínimo dos gastos em 0,6% ao ano, já descontada a **inflação**, e de um piso para os investimentos públicos, **ligou** o sinal de alerta. Não demorou muito para se disseminar o entendimento de que o novo marco fiscal é dependente do aumento da carga tributária.

O próprio ministro da Fazenda não esconde essa realidade. Em entrevista à GloboNews, Haddad anunciou um pacote de medidas destinadas a aumentar a arrecadação em R\$ 110 bilhões, atacando aquilo que vem caracterizando como "jabutis" - desonerações e outros benefícios que distorcem o sistema tributário.

Entre as três medidas antecipadas na segunda-feira, tributar apostas online e taxar compras de grandes sites estrangeiros de comércio eletrônico tendem a não enfrentar grandes resistências - empresários do varejo brasileiro comemoraram a medida. Já a eliminação de brechas que permitem abater a Contribuição sobre Lucro Líquido por empresas que recebem incentivos fiscais, apesar de correta, deve despertar maior resistência do empresariado.

É nesse ponto que reside o maior risco da política

fiscal de Haddad. O desenho das novas regras buscou ser a resultante que equilibrasse duas forças conflitantes: de um lado, a necessidade de preservar despesas e investimentos públicos, uma imposição de Lula e da ala política do governo, e de outro, a pressão do mercado para zerar o déficit primário e estabilizar a relação dívida/**PIB**.

O plano de Haddad até aqui parece claro: apresentar um arcabouço de estabilização fiscal que não imponha ao governo o ônus de cortar gastos, enquanto recorre a medidas pontuais para elevar a arrecadação.

Pressionado pela ala política do governo, que não quer nem ouvir falar em controle de gastos, Haddad tem buscado conquistar a credibilidade do mercado com medidas arrecadatórias de curto prazo como a mudança no processo de decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a **reoneração dos combustíveis** e essas novas interpretações tributárias para setores específicos.

O grande problema é que essa equação não contempla aquele que deveria ser o maior objetivo da gestão de Haddad na Fazenda: a **reforma tributária**. A cada nova medida anunciada para aumentar a receita do governo e zerar o déficit, menos crível se torna, para o setor produtivo, a promessa de que a aprovação da reforma virá sem aumento da carga tributária.

A batalha para a aprovação, no Congresso, das PEC 45 ou 110, mostra-se a cada dia mais difícil, com lideranças empresariais fazendo um pesado lobby contra a proposta de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). E a desconfiança do empresariado só aumenta quando percebe que o Ministério da Fazenda está gastando toda a sua energia em aprovar medidas tributárias imediatistas.

Ao concentrar suas ações no curto prazo, querendo agradar ao mercado sem se indispor com a classe política, Haddad pode estar deixando escapar as chances de aprovar a maior conquista de longo prazo para o país - e para sua própria carreira.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1>

Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal



Natalie Victal, da SulAmérica: "Terminamos 2022 com muitas dúvidas. Hoje, com 100 dias, temos dúvidas adicionais"

Estevão Taiar De Brasília

Prestes a completar 100 dias, na segunda-feira, dia 10, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue com dificuldades para dar sinais mais concretos sobre a sustentabilidade das contas públicas e iniciar um novo ciclo de crescimento da economia. Além disso, medidas de impactos mais rapidamente perceptíveis, como a renegociação de dívidas de pessoas físicas, ainda não foram colocadas em prática.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem atuando para reverter políticas adotadas no fim do governo Bolsonaro, apaziguar ânimos dentro do próprio governo e colocar de pé uma agenda estrutural - que inclui não apenas o novo arcabouço fiscal, mas também a **reforma tributária**. Mesmo assim, diversos economistas afirmam que as perspectivas continuam incertas.

"Terminamos 2022 com muitas dúvidas", diz Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos. "Hoje, com 100 dias, temos dúvidas adicionais." A política econômica da atual administração começou a ser implantada ainda em 2022, durante a transição de governo.

Na época, diversos assessores de Lula consideravam que o Orçamento proposto pelo então presidente Jair Bolsonaro para este ano estabelecia um patamar excessivamente baixo para as despesas primárias da

União (aquelas que não levam em conta a dívida pública).

Para esse grupo, o patamar impossibilitava a realização de uma série de políticas públicas consideradas essenciais, como o novo Bolsa Família e a recomposição do Farmácia Popular.

O impasse foi resolvido com a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permitiu ao governo federal aumentar o teto de gastos em R\$ 145 bilhões neste ano.

Haddad afirma com frequência que, para implantar "medidas eleitoreiras", Bolsonaro e o então ministro da Economia, Paulo Guedes, deixaram "um rombo de R\$ 300 bilhões" para 2023. Segundo o sucessor de Guedes, a solução desse rombo ocupou até aqui parte considerável da sua agenda. Há poucas semanas, o titular da Fazenda afirmou que as medidas "irresponsáveis" adotadas por Bolsonaro em 2022 vinham consumindo aproximadamente 70% do seu tempo.

Já no cargo de ministro, Haddad implantou a leva inicial de medidas logo na primeira quinzena de janeiro. O objetivo era diminuir o déficit primário deste ano, previsto em R\$ 231 bilhões no Orçamento.

As mudanças visam aumentar a arrecadação e têm impacto máximo de aproximadamente R\$ 242 bilhões - equivalente a 2,26% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e suficiente para gerar um pequeno superávit primário. Entre elas, estão alterações no voto de desempate no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), o que na teoria tende a beneficiar a União nos julgamentos tributários. Mas tanto o ministro quanto o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, vinham afirmando que um rombo de aproximadamente R\$ 100 bilhões era considerado uma meta mais factível.

O cálculo está em linha com a projeção mediana mais recente do mercado, de déficit de R\$ 99 bilhões, segundo o relatório Prisma Fiscal, do Tesouro, realizado até 5 de março.

A primeira vitória mais concreta de Haddad no período foi a reoneração de **impostos** federais sobre combustíveis, fruto de uma batalha nos bastidores

com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

A desoneração foi uma das "irresponsabilidades" realizadas meses antes da eleição presidencial pelo governo Bolsonaro, com a justificativa de que a guerra na Ucrânia tinha causado graves distorções nos preços dos combustíveis.

O ministro da Fazenda conseguiu, no entanto, retomar parcialmente a cobrança do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) sobre gasolina e etanol. A reoneração, ao lado da implantação de um imposto de 9% sobre a exportação de óleo bruto, foi suficiente para alcançar a arrecadação adicional de R\$ 28,8 bilhões planejada por Haddad.

Na semana passada, foi a vez de ele apresentar as linhas gerais do novo arcabouço fiscal. A regra que substituirá o teto de gastos prevê as despesas crescendo no máximo a 70% das receitas até o fim do terceiro mandato de Lula.

Mas isso depende de metas estabelecidas para o resultado primário consideradas ambiciosas por vários especialistas em contas públicas.

Haddad e Ceron admitem que, para alcançar a meta prevista para este ano (aproximadamente R\$ 50 bilhões) será necessária uma nova leva de medidas semelhante às adotadas no começo do ano e que deve ser apresentada nesta semana. Já a Lei Complementar que estabelece o novo arcabouço ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

O ministro da Fazenda também vem encontrando dificuldades técnicas para implantar outra das grandes prioridades deste início de governo: o Desenrola, programa que tem o objetivo de ajudar a renegociar R\$ 50 bilhões em dívidas contraídas 37 milhões de pessoas físicas.

A apresentação do programa foi sinalizada por Haddad desde janeiro, sem se concretizar. No início de março, o ministro reconheceu que o sistema virtual que cruzaria todas as informações necessárias era "complexo" e que a contratação do desenvolvimento desse mesmo sistema estava apenas começando.

Um dos principais focos da política econômica do terceiro mandato de Lula é a **reforma tributária** sobre consumo, que substitui cinco **impostos** e uma contribuição por um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cobrado sempre no destino. Os **tributos** são PIS/Cofins, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Economistas de diferentes

escolas de pensamento afirmam que, nos moldes propostos, a reforma tende a simplificar de maneira significativa a cobrança de **impostos** no Brasil, o que teria impactos também significativos sobre o crescimento da economia.

O ministro, citando cálculos do secretário especial da Fazenda para o tema, Bernard Appy, já afirmou que as mudanças podem elevar o **PIB** entre 12% e 20% depois de 15 anos da implantação.

"O avanço nas discussões sobre a **reforma tributária** é bastante promissor", diz Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. Atualmente, a PEC que trata do tema está em discussão no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Embora seja o protagonista da agenda econômica de Lula 3, Haddad tem responsabilidade por apenas uma parcela dela.

A influência limitada se deve tanto pela influência do próprio presidente quanto pelo desmembramento realizado por Lula no Ministério da Economia, que até o ano passado tinha Guedes como titular.

A divisão da pasta levou à recriação de outros três ministérios: Planejamento e Orçamento, comandado pela ex-senadora e candidata à Presidência, Simone Tebet; Desenvolvimento, Indústria e Comércio, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin; Previdência, comandado pelo presidente do PDT, Carlos Lupi. Também têm influência sobre a agenda econômica atores como o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, e principalmente o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Em alguns casos, a atuação de outros ministérios, além da exercida diretamente pelo próprio Lula, gerou turbulências com o titular da Fazenda. Entram na lista a elevação do salário mínimo para R\$ 1.320 e a redução dos juros máximos mensais dos empréstimos consignados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em ambos os casos, o ministro da Fazenda era contra as medidas, pelo menos nos moldes em que elas foram inicialmente propostas.

Como agravante, tanto Haddad quanto Costa são considerados possíveis sucessores de Lula em 2026, o que causou desentendimentos entre os ministros nos bastidores, principalmente durante a elaboração do arcabouço.

Mas nenhuma das discussões nas quais o ministro da Fazenda acabou envolvido foi maior do que a protagonizada por Lula e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Desde janeiro, o presidente da República chamou Campos de "esse cidadão", criticou diversas vezes a política monetária conduzida pelo BC e defendeu mudanças na meta de **inflação** - tudo isso em um momento delicado, de consolidação da autonomia da autoridade monetária e substituição de dois diretores do Comitê de Política Monetária (Copom).

Embora tenha atuado em várias ocasiões para diminuir a tensão, o próprio Haddad também fez questão de, minutos depois da última reunião do Copom, afirmar a jornalistas que considerava o tom do **comunicado** do BC "muito preocupante".

Na ocasião, o colegiado manteve a Selic em 13,75% ao ano e repetiu frase presente em comunicados anteriores, de que não hesitaria "em retomar o ciclo de ajuste [monetário] caso o processo de desinflação não transcorra como esperado". Dias depois, Tebet fez críticas semelhantes ao BC.

Para Juan Jensen, sócio da consultoria 4intelligence, "os primeiros 100 dias foram muito ruins na questão monetária".

"O governo acabou arrumando problema onde não existia. Isso contaminou as expectativas de **inflação** [um dos fatores considerados pelo BC para conduzir a Selic], que têm subido e que acabam demandando até mais juros", afirma.

Ele destaca que "a curva de juros subiu em todos os seu vértices, o que encarece o crédito e enfraquece a atividade econômica". "O debate todo só gerou resultados ruins, que serão colhidos pelo próprio governo Lula", diz.

Na avaliação de Julia Braga, professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), medidas já adotadas ou sinalizadas podem "reverter esta fase de baixa do ciclo econômico", causada por alta dos juros no Brasil e perda de fôlego da economia mundial. Entre essas medidas, estão o aumento acima da **inflação** do salário mínimo, a ampliação da isenção do Imposto de Renda (IR) e a implantação do Desenrola. A professora da UFF também destaca positivamente propostas "que tendem a possuir efeito mais estrutural, de longo prazo". Ela cita como exemplos a intenção do BNDES de lançar um novo instrumento para captar recursos, chamado de Letra de Crédito de Desenvolvimento e o plano do governo de interromper a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) .

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Governo patina em propostas com sustentabilidade fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1>

Projeções econômicas

Antes e depois da posse de Lula*

	Em 26/dezembro/2022			Em 27/março/2023		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
■ IPCA	5,23	3,6	3,2	5,93	4,13	4
■ PIB	0,79	1,5	1,9	0,9	1,4	1,71
■ Câmbio	5,27	5,26	5,3	5,25	5,3	5,3
■ Selic	12	9	8	12,75	10	9

Fonte: Banco Central *Com a exceção do câmbio (R\$), todas em %

Câmara Superior do Carf mantém autuações bilionárias da Ambev



Conselheira Edeli Pereira Bessa: voto para que caso sobre compensação retorne à DRJ para análise do mérito

Beatriz Olivon De Brasília

A Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** julgou ontem uma série de autuações fiscais recebidas pela Ambev e manteve boa parte delas. Foram analisados sete processos que tratam de amortização indevida de ágio e compensação de valores de **tributos** pagos no exterior com o Imposto de Renda (IRPJ) e a CSLL - uma discussão nova na última instância do órgão. Em apenas dois casos, a empresa obteve vitória parcial.

Os julgamentos foram realizados pela 1ª Turma. Foram analisados pelos conselheiros três casos de ágio e quatro sobre compensação de **impostos**. Havia ainda um outro item na pauta, que trata de cobrança de multas em tributação de ágio. Mas o julgamento foi adiado para maio.

Como vem ocorrendo na Câmara Superior, o ponto central dos julgamentos foi o conhecimento dos recursos: se os paradigmas (decisões contrárias) apresentados eram válidos para que os casos fossem analisados. Isso acontece porque a última instância do **Carf** só julga em caso de divergência entre decisões das turmas baixas.

Em um dos julgados havia dois momentos de tributação de ágio decorrente da incorporação da In-Bev Holding Brasil. A empresa conseguiu derrubar um deles porque o recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não foi conhecido nessa

parte - com valor estimado em R\$ 744 milhões (processo nº 16561.720063 /2016-36) O montante foi indicado pela empresa em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e foi atualizado até dezembro de 2021. Não é possível saber qual o valor mantido.

Na outra parte, a Ambev foi derrotada. O recurso apresentado pela companhia não foi aceito e apenas pedido de redução das multas foi analisado. Esse parte do ágio já está em discussão na Justiça, com valor estimado em R\$ 2,3 bilhões pela empresa.

Por maioria de votos, foi aceito o pedido de redução da multa qualificada (de 150%). A multa isolada (75%), porém, foi mantida, por meio do voto de qualidade - o desempate do presidente da turma. A empresa ainda pode recorrer à Justiça Os outros dois casos de ágios julgados se referem à aquisição de participação societária na argentina Quilmes, em 2006. Para a **Receita Federal**, não teria ocorrido confusão patrimonial entre o real investidor e o investimento efetivamente adquirido com ágio (processos nº 16561.720025/2018-45 e nº 16561.720062/2018-53).

Os recursos da Ambev foram parcialmente conhecidos, por maioria de votos. No mérito, foram negados por voto de qualidade. Os conselheiros representantes dos contribuintes ficaram vencidos. Os recursos da PGFN sobre as multas não foram conhecidos - não tiveram o paradigma aceito.

Nos outros quatro julgados havia um tema novo na 1ª Turma: a tributação de compensação com **impostos** pagos no exterior.

Por causa de dificuldades no conhecimento, apenas um aspecto do assunto foi julgado (processos nº 16692.720871/2017-99, nº 16692.720873/2017-88, nº 16692.720872/2017-33 e nº 16692.720874/2017-22).

As empresas podem compensar no Brasil valores pagos de **tributos** no exterior. Há, porém, um limite, que é a proporção da tributação de IRPJ e CSLL sobre o lucro da empresa no exterior que é trazido para a matriz. Pela regra, não pode haver restituição se o valor que a empresa puder compensar superar o que deve ser pago no país - o que acontece se houver prejuízo no Brasil, por exemplo. Nesse caso, o valor poderá ser usado no futuro.

Nos casos, a **Receita Federal** questionou a adição, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL em 2015 e 2016, do lucro de controladas ou coligadas da Ambev no exterior, além do pagamento de imposto no exterior - parte foi feito por meio de compensação.

Após auditoria, a **Receita Federal** não reconheceu compensações feitas no exterior. Para o órgão, só o imposto efetivamente pago lá fora pode ser utilizado na apuração de IRPJ ou CSLL, dentro do limite da participação e do lucro reconhecido, sem compor saldo negativo.

Ao analisar a questão, porém, a 1ª Turma admitiu que a compensação de tributo no exterior gera crédito ao contribuinte. Uma das autuações fiscais tratava de encontro de contas realizado na Argentina.

Representante da Fazenda, a conselheira Edeli Pereira Bessa, afirmou que, desde a Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), não foram analisados documentos que comprovariam a compensação.

Por isso, votou para que o caso retorne à DRJ para análise do mérito.

A decisão foi por seis votos a dois.

O valor dessa autuação era de R\$ 1,9 bilhão, segundo informado pela empresa em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A maior parte do montante foi mantido, segundo apurou o Valor.

Em nota, a Ambev informa que não comenta casos em andamento.

Ainda segundo a empresa, os valores indicados são fruto de discussões em que discorda da cobrança e são temas de discussões comuns a todas as grandes empresas brasileiras.

"Considerando o porte da empresa e, ainda, por sermos uma das maiores pagadoras de **impostos** do país, é natural que, na soma, o valor em discussão seja expressivo", diz na nota.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Câmara Superior do **Carf** mantém autuações bilionárias da Ambev

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512>

Governo estuda devolução de todo o imposto da cesta básica aos mais pobres



Eduardo Cucolo

O governo pode devolver todo o imposto arrecadado com a volta da tributação sobre a cesta básica para famílias de baixa renda, dentro do modelo em estudo para a **reforma tributária** do consumo.

Essa possibilidade foi citada nesta terça-feira (4) pelo economista Rodrigo Orair, diretor da Secretaria de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, durante evento realizado pelo Bradesco BBI.

Um grupo de trabalho da Câmara ainda estuda qual tratamento será dado na tributação dos alimentos, um dos temas que mais preocupam o setor agropecuário.

Há basicamente duas possibilidades na mesa: a tributação desses produtos com devolução do imposto aos mais pobres, ou a manutenção da regra atual, que beneficia pobres, ricos e empresas que não repassaram a redução do imposto.

"O melhor é ter o tributo Com a base mais ampla, alíquota mais baixa e retornar todo o imposto arrecadado para as famílias de baixa renda", afirmou Orair. Ele frisou que a decisão final será do Congresso Nacional, que já trabalha em cima de duas pro -postas que tramitam no Legislativo, e deve apresentar um novo texto em maio.

Um trabalho de 2021 do movimento Pra Ser Justo, em conjunto com pesquisadores da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), estimou que um sistema de devolução de **impostos** a pessoas mais pobres pode beneficiar mais de um terço da população com um orçamento inferior ao da desoneração da cesta básica.

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), no entanto, estima um aumento de tributação

do setor em 644% com as mudanças propostas na **reforma tributária**, o que poderia encarecer a cesta básica em 23%.

Representantes da indústria, por outro lado, avaliam que o dado não considera o resíduo tributário do imposto em cascata embutido hoje nesses preços e que será eliminado com a reforma.

O grupo de trabalho da reforma na Câmara avalia manter a desoneração se essa for a condição para ganhar os votos da bancada do agronegócio, composta por cerca de 300 deputados e mais da metade dos senadores.

Orair afirmou que a expectativa é aprovar as mudanças tributárias na Constituição em 2023 e regulamentar a reforma em 2024. É nessa etapa que pode ser definido o modelo de devolução de imposto.

No ano seguinte, já haveria a substituição de dois **tributos** (PIS/Cofins) por uma contribuição federal sobre bens e serviços.

Em 2027, começaria a transição dos **tributos** estaduais e municipais (ICMS e ISS) para um novo imposto sobre bens e serviços, que duraria de quatro a seis anos.

"Você tem essa primeira transição, que vai terminarem 2031, 2032, a depender do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma na Câmara]."

Embora haja a possibilidade de juntar esses quatro **tributos** em um só, Orair afirmou que a separação da contribuição federal é o cenário apontado como mais provável pelos parlamentares do grupo de trabalho.

Restaria ainda aprovar a troca do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) por um imposto seletivo para desincentivar comportamentos danosos à saúde e ao ambiente. Nesse caso, afirma o diretor, é necessário dar uma solução para a Zona Franca de Manaus, onde as empresas são isentas desse tributo.

Orair afirmou que os novos **impostos** seguirão modelos internacionais em que está prevista a tributação de plataformas de streaming, aplicativos e marketplaces, citando como exemplo Nova Zelândia e

África do Sul.

50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.334495528.1680498398-1380897342.1635735907

Nos dois primeiros casos, a empresa pode fazer o recolhimento do imposto pago pelos clientes que utilizam o serviço no Brasil sem a necessidade de ter representação no país. "Eu posso não saber onde está a empresa de streaming e de aplicativo, mas sei onde está o consumidor. Eu identifico onde está ocorrendo a prestação do serviços."

No marketplace, a obrigação tributária fica com o shopping center virtual, não com o vendedor.

Questionado sobre a visão do ministério em relação a um imposto sobre grandes fortunas, afirmou que a melhor forma de aumentar a tributação das pessoas mais ricas é com o Imposto de Renda e a tributação de heranças (ITCMD).

"Estamos trabalhando com Imposto de Renda, não de patrimônio. Se você tem um bom modelo de Imposto de Renda e de herança, pode prescindir da tributação de patrimônio", afirmou Orair.

Neste primeiro semestre, o Congresso discute mudanças na tributação do consumo e alterações menores em **tributos** sobre heranças (ITCMD) e patrimônio (IPTU e IPVA), a partir de propostas que já estão no Congresso. No segundo semestre, o governo deve apresentar uma proposta para tratar de Imposto de Renda e folha de pagamento.

Quando lhe foi perguntado sobre a "pejotização" de vários profissionais que aderem ao sistema do lucro presumido -usado em geral por quem tem faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões e abaixo de R\$ 78 milhões-, o diretor defendeu três medidas: desonerar a folha, rever os parâmetros desse enquadramento e tributar dividendos.

Ele afirmou que o ministério tem "um bom elenco de alternativa" para caminhar com essas mudanças, mas que não há um modelo definido.

Ao falar sobre a tributação de dividendos, Orair afirmou que o Brasil precisa aproveitar o movimento internacional de aumento da alíquota sobre lucros distribuídos e redução da tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

O Brasil tem uma alíquota corporativa de 34%, uma das mais altas do mundo. É também um dos únicos que não tributa dividendos, uma escolha feita na década de 1990 para concentrar a tributação na pessoa jurídica.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

"Há indicações de que saúde e educação terão tratamento favorecido"



GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E THIAGO BRONZATTO *economia@oglobo.com.br*

Escalado pelo governo Lula para aprovar a **reforma tributária**, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, diz que acompanha o tema há muitos anos, mas nunca viu um clima tão favorável para tirar do papel um projeto que tramita há mais de três décadas no Congresso. Ao GLOBO, ele reconhece que precisa contornar resistências de alguns setores, admite que as áreas de saúde e educação poderão ter tratamento diferenciado no novo modelo de cobrança de **impostos** e diz que alguns serviços prestados para o consumidor final "poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual". A proposta discutida com parlamentares funde **impostos** federais e estaduais, dando lugar ao chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que teria uma alíquota geral de 25%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o balanço que o senhor faz do estágio atual da **reforma tributária** e a perspectiva de aprovação?

Estou bastante otimista com relação à aprovação no Congresso. Acompanho esse tema há muitos anos e nunca vi um clima tão favorável. É óbvio que tem um trabalho a ser feito e o relatório ainda precisa ser apresentado, mas acredito que o clima é bastante favorável à aprovação, com alguns ajustes que serão

necessários para poder viabilizá-la politicamente.

Quais são os ajustes necessários?

Não vou entrar em detalhes, porque isso será uma decisão política. Sabe-se que há algumas resistências setoriais e, portanto, vai ter que ter alguma construção para mitigar resistências. Há várias formas de fazer essa construção. Não tem um único modelo.

Qual será o melhor modelo considerando as duas propostas em tramitação?

O texto-base vai ser das duas PECs (propostas de emendas constitucionais). Os textos são muito mais semelhantes hoje. A questão é se vai ser um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) único ou um IVA dual. A impressão que temos é que, do ponto de vista das empresas, o ideal seria ter um único IVA, porque é mais simples. Do ponto de vista federativo, a nossa percepção é que o modelo de IVA dual ajuda mais politicamente a **reforma tributária**. Mas a diferença entre os modelos é muito pequena.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que há uma discussão de alíquotas diferenciadas para atender alguns setores. Como isso funcionaria?

Alíquota diferenciada é uma forma de tratamento setorial diferenciado e existem outros. Por exemplo: no caso de educação, ao invés de colocar uma alíquota menor que favorece a todos, do pobre ao rico e a classe média, pode ter um sistema em que faz um cashback (dinheiro de volta) do imposto pago por aluno até determinado valor. Assim, se consegue fazer uma desoneração total ou quase total para uma pessoa de classe média e classe média baixa, que paga uma mensalidade baixa para o filho, e desonerar pouco a mensalidade da pessoa rica que coloca o filho na escola que custa R\$ 10 mil por mês. A alíquota diferenciada é uma possibilidade, e não necessariamente a que será adotada.

Como o "cashback" vai funcionar?

O que tem sido mais discutido é o uso do cashback com fins distributivos, para devolver o imposto incidente no consumo de famílias de baixa renda. Como isso vai ser feito? Isso está em aberto. Qual o instrumento pelo qual vai devolver? Tudo está sendo estudado.

Sociedades profissionais como advogados, médicos e contadores pagam hoje PIS/Cofins a 3,65%, uma vez que o ISS é um valor fixo que independe da receita. Com a reforma, passariam a um imposto único estimado em 25%. Isso é razoável?

Um prestador de serviços que está no meio da cadeia, como um advogado ou um contador que presta serviço para uma empresa, paga imposto e não recupera os créditos que adquire. No regime não cumulativo do IVA, ele recupera todo o crédito. Ele tem uma tributação mais alta, mas dá crédito integral para o tomador do serviço. Em prestação de serviço para o consumidor final, como educação e saúde, há indicações de que terá tratamento favorecido. Isso vai ser definido pelo Congresso. O restante dos serviços tem uma questão de saber o seguinte: quem consome serviço no Brasil são famílias ricas ou famílias pobres? São famílias ricas. Quando se tributa menos o consumo de serviço do que o consumo de mercadoria, estamos tributando menos o rico do que o pobre.

Como assim?

O cidadão consome mercadorias e serviços, vai baixar o custo de um e eventualmente, aumentar o custo de outros. Por que tem que manter o sistema atual que tributa menos aquilo que o rico consome do que aquilo que o pobre consome? Essa questão tem que ser colocada no debate político.

Como vencer essa resistência do setor de serviços?

Na média, o custo do serviço prestado para a empresa vai reduzir em relação à situação atual. Não que todo mundo vai pagar mais. Vamos deixar bem claro: o custo líquido para o tomador de serviço vai ficar menor do que no sistema tributário atual. Alguns serviços prestados para consumidor final poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual. A maior parte das mercadorias consumidas vai reduzir o custo em relação à situação atual. Tem que olhar o efeito sobre o poder de compra das famílias, e não o efeito sobre um setor específico.

Quais são os outros setores que podem ter tratamento diferenciado?

Se tiver, vão ser discutidos no Congresso. A nossa posição no Ministério da Fazenda é que tem o mínimo possível de exceções. Mas eu posso garantir que todos os setores da economia vão ser beneficiados. Não estou dizendo que são todas empresas do Brasil, mas todos os setores, sim.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o governo ainda não tem base para aprovar a reforma...

Ela é uma agenda suprapartidária. Não é uma agenda ideológica, de esquerda ou de direita, é uma agenda a favor do Brasil. Eu não acredito que seja uma reforma que vai ser votada (na lógica de) governo contra a oposição. Os temas que vão estar em debate não são

de natureza ideológica. Eu converso com parlamentares de todas as linhas políticas. A reforma tem aderência.

O presidente Lula tem se engajado?

A reforma é uma prioridade do governo, isso é muito claro. O presidente Lula entrará na hora necessária, certamente, ele entrará em campo. O presidente Lula está apoiando internamente e ele certamente entrará em campo politicamente, quando ele achar que é adequado.

O ministro Fernando Haddad disse que pretende avançar na desoneração da folha de pagamentos. Como ficará?

Estamos discutindo a tributação do consumo. No segundo semestre vamos discutir a renda e da folha de pagamentos. Não tem nada definido.

Para a desoneração dos 17 setores que mais empregam, que vence no fim do ano, o que será feito?

Isso é uma coisa muito específica. Quando se está discutindo a desoneração da folha, pode-se discutir coisas mais amplas do que simplesmente isso. A grande questão é saber como financiar. Isso vai ser discutido posteriormente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50237&maxTouch=0>



“Para setores como educação e saúde há indicações de que poderão ter algum tratamento favorecido na discussão no Congresso”

“Por que tem que manter o sistema atual que tributa menos aquilo que o rico consome do que aquilo que o pobre consome? Essa questão tem que ser colocada no debate político”

Haddad: não há "plano B" para receita de R\$ 90 bi



“Nenhum país que eu conheço subvenciona custeio. Lei bem feita não tem plano B, Lei do Real não teve plano B”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

TOM MOLINA/22-3-2023



“A prioridade absoluta agora é a entrega do arcabouço fiscal na semana que vem, até terça-feira”

Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento

RENAN MONTEIRO, ALICE CRAVO, GERALDA DOCA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS economia@oglobo.com.br

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo não precisa de um "plano B" para a medida que prevê receita adicional de R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões. A proposta, que está sendo estruturada, busca proibir que empresas com incentivos fiscais concedidos por estados, via ICMS,

possam abater esse crédito da base de cálculo de **impostos** federais (IRPJ e CSLL). O crédito só poderá ser abatido se for destinado a investimentos, e não a custeio.

-Nenhum país que eu conheço subvenciona custeio. Vamos separar custeio de investimento e dar transparência-disse. - Não vamos fazer "jabuti" (assunto sem relação com o tema original de um projeto de lei incluído na proposta), vamos fazer as coisas transparentes. Lei bem feita não tem plano B, Lei do Real não teve plano B -afirmou, em rápida entrevista a jornalistas no Ministério da Fazenda.

DEPOIS DA PÁSCOA A receita de até R\$ 90 bilhões compensaria grande parte do que o governo precisa para viabilizar o arcabouço fiscal no longo prazo. A nova âncora para as contas públicas prevê déficit primário (antes do pagamento dos juros da dívida pública) zerado no próximo ano e superávits a partir de 2025. Pelo atual parâmetro, a proposta precisaria de incremento de receita entre R\$ 110 bilhões a R\$ 150 bilhões, segundo o ministro da Fazenda.

No curto e médio prazo, o Ministério da Fazenda está estruturando uma série de medidas para aumentar a receita do governo -a principal é a proposta para diferenciar custeio de investimento da base de cálculo de **impostos** federais.

No longo prazo, o governo conta com a **reforma tributária** e espera aumentar a arrecadação ao corrigir "distorções" no atual sistema de tributação.

O ministro, em São Paulo, afirmou que é preciso cortar o que chamou de distorções do sistema tributário brasileiro. Segundo ele, sem aprovar o novo arcabouço fiscal para substituir o atual teto de gastos (âncora atual que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação**), o governo federal precisaria cortar R\$ 30 bilhões em despesas obrigatórias (pensões, salários dos servidores), inclusive programas sociais "caros à sociedade".

-São muitas distorções do sistema tributário. Ontem eu conversava com o Roberto Campos Neto (presidente do Banco Central) aqui e ele dizia que as distorções que ele identificou com sua equipe somam R\$ 300 bilhões. (...) Estamos falando de fazer correção que pode ser feita por projeto de lei ordinária, e está

provado que tem trazido efeitos muito ruins para a economia brasileira. Só uma medida representa 50% do Bolsa Família para meia dúzia de pessoas que estão se valendo de uma interpretação de alguns juizes, nem está consolidado esse entendimento - ressaltou Haddad, ao falar por videoconferência a investidores e analistas em evento promovido pelo Bradesco BBI em São Paulo.

Em Brasília, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, após participar da audiência do grupo de trabalho da **reforma tributária** no Congresso, afirmou que o governo vai esperar a Páscoa para encaminhar o projeto do arcabouço ao Legislativo. Segundo a ministra, o texto ficará pronto hoje, mas somente chegará ao Legislativo na próxima semana, na terça-feira, para evitar falsas narrativas equivocadas.

Ela explicou que o projeto é simples, conterà apenas "a moldura e os parâmetros" da âncora fiscal. As medidas de aumento de receitas que vão dar suporte ao plano serão enviadas por Haddad, depois de discutidas com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e lideranças partidárias.

- A prioridade absoluta agora é a entrega do arcabouço fiscal na semana que vem, até terça-feira, para que o Congresso possa avançar o mais rápido possível na questão do arcabouço fiscal.

Segundo a ministra, o novo marco é a "bala de bronze" para resolver as contas públicas: -Resolve um problema interno das contas públicas, dá confiança para o mercado que estamos fazendo o dever de casa, garante que o governo não vai continuar no vermelho, vai zerar o déficit em 2024 -disse a ministra.

"BALA DE PRATA" Já a **reforma tributária**, segundo ela, é a "bala de prata" para reduzir o custo das empresas, gerar empregos e fazer o país voltar a crescer.

-A **reforma tributária** é a única bala de prata. Eu diria que o arcabouço fiscal é a bala de bronze, o dever de casa dentro do Executivo para dar credibilidade necessária e permitir que os juros comecem a cair O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o início da tramitação no Legislativo deve ocorrer "após a semana santa". O nome para a relatoria deve ser definido nesse período.

-O que temos conversado com o presidente da Câmara [Arthur Lira], e ele tem sinalizado junto aos líderes, é que seja alguém que tenha uma boa capacidade de diálogo. Exatamente porque o novo marco fiscal não tem um carimbo de governo ou de oposição. Acredito que possa ter um relator que

expresse isso - pontua Padilha.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IVA deve vigorar em duas etapas, em 2025 e 2027, afirma Orair



Rodrigo Orair, da Fazenda: "Não adianta abraçar a melhor decisão técnica se ela não é politicamente factível"

Marta Watanabe De São Paulo

A discussão política da **reforma tributária** sobre consumo caminha para a adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com um tributo federal que deve começar a ser cobrado em 2025, substituindo imediatamente os atuais PIS e Cofins. Já o tributo subnacional, que deve unir o estadual ICMS e o municipal ISS, entraria em vigor em 2027, com período de transição de quatro a seis anos, segundo Rodrigo Orair, diretor da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

A transição para contribuintes e empresas terminaria em 2031 ou 2032, diz. Tudo depende das votações do Congresso, ressalta, mas esse é o cronograma imaginado pelo governo atualmente.

As declarações foram dadas em evento promovido ontem pelo Bradesco BBI. Orair reforçou que o governo espera que a definição da reforma seja feita no Congresso, onde já tramitam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, na Câmara dos Deputados, e a PEC 110/2019, no Senado.

Espera-se que as duas PECs sirvam de base para um novo texto.

A ideia de agenda que o governo tem, diz Orair, é que a PEC da **reforma tributária** sobre consumo seja

aprovada neste ano e que a lei complementar regulamentadora seja aprovada em 2024. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, entraria em vigor em 2025, de forma imediata no lugar do PIS e da Cofins. A CBS poderá servir como teste, diz, para viabilizar e resolver problemas para possivelmente, em 2027, começar a transição, com saída gradativa do ICMS e ISS e entrada, também gradativa, do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de administração dos Estados e municípios. A CBS - ou IBS federal - e o IBS subnacional devem ser parecidos e devem ter legislação única, aprovada em âmbito federal, diz Orair.

Em outra transição importante dentro da **reforma tributária**, relativa à partilha do IVA entre os entes federados, diz o diretor, a ideia é considerar a arrecadação passada para definir o montante de distribuição das receitas. Essa transição, frisa, é diferente da transição estimada hoje entre quatro e seis anos para as empresas e os contribuintes.

A transição para os entes federados, diz, trata somente da partilha das receitas de arrecadação com a adoção do IVA.

Hoje, no sistema do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), explica, há tributação mista, na origem e destino, mas prioritariamente na origem.

Ao trazer uma tributação de IVA exclusivamente para o destino, diz ele, tende-se a favorecer entes que concentram consumidores e população.

Há nisso, salienta, efeito federativo "importantíssimo", porque nesses locais está a demanda maior por serviços públicos.

Mudanças muito bruscas, diz, poderiam desorganizar orçamentos de determinados Estados e municípios. No âmbito das PECs que estão no Congresso discute-se proposta de transição de 40 anos, dentre os quais deve haver durante os primeiros 20 anos um seguro-receita, explica Orair. A ideia é que cada Estado e cada município terá garantia de que manterá a receita que tinha antes da reforma, reajustada pela **inflação**. Só a arrecadação acima da **inflação**, ou seja, o ganho pelo crescimento econômico, será partilhada pelo novo

critério do destino, diz.

Depois, do 21o ano até o 40o ano, diz, a partilha deve caminhar gradativamente para o critério do destino. Além disso, aponta, há também outra garantia para quem perder fatia muito grande, mas será uma compensação interna.

A questão, diz, é como determinar a arrecadação atual. Isso, ressalta, ainda não está definido e a ideia em estudo é pegar uma média do período passado. Se colocar como algo prospectivo, avalia, pode gerar corrida pela arrecadação.

"Estamos estudando os melhores mecanismos, mas a ideia é pegar critério baseado em arrecadações que já ocorreram." Calcula-se que a receita dos **tributos** que devem ser substituídos na **reforma tributária** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - é de cerca de 12% do **PIB**. "Isso foi distorcido pela pandemia, então algumas coisas devem ser tratadas." Outro resultado do sistema atual do ICMS, que mistura origem e destino, ressalta ele, é que abre espaço para guerra fiscal "predatória e não cooperativa", que causa erosão da base de arrecadação de Estados e também faz com que os governos estaduais concentrem sua arrecadação nas atividades que estão com cobrança no destino, como combustíveis, energia e telecomunicações, o que traz enorme custo de produção.

Um objetivo da reforma, segundo ele, é trocar a atual política de benefícios tributários por um fundo de desenvolvimento regional que possa desempenhar essa finalidade com custo menor e eficiência maior. O fundo é uma subvenção econômica e está no Orçamento, ressalta Orair, o que torna essa política mais transparente.

O problema, diz o diretor, é que há uma demanda relacionada a grande parte dos benefícios de ICMS que foram convalidados pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz) até 2032. "Então existe a ideia de que, pelo menos nos anos iniciais, [o fundo] seja alocado prioritariamente nessas coisas que já se tem hoje, mas que ao longo do tempo você consiga liberar os recursos desse fundo para que de fato se faça uma política regional muito melhor." Nesse sentido, diz, a reforma promoveria "revisão brutal" de benefícios tributários, tanto de ICMS quanto de ISS.

Além do estabelecimento de um IVA, seja no modelo único, seja no dual, a **reforma tributária** sobre consumo defendida pelo governo federal também prevê a criação de imposto seletivo, em substituição ao atual Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), diz Orair.

O IPI hoje, avalia, é um "tributo estranho", que tem finalidade de arrecadar, mas também de seletividade.

A ideia da reforma é ter uma transição para tornar o IPI um imposto seletivo, de caráter extrafiscal, para desincentivar comportamentos danosos à saúde ou ao meio ambiente. É um tributo moderno, bem desenhado, alinhado às experiências internacionais, diz.

Uma "complicação", avalia, é a Zona Franca de Manaus, com decisão recente do Supremo Tribunal Federal vetando redução de IPI sobre produtos dentro desse regime. O governo tem dito que a reforma não deve prejudicar as empresas da zona franca e o tema tem sido discutido com parlamentares e o Estado do Amazonas.

Questionado sobre a questão dos tratamentos especiais e favorecidos dentro da **reforma tributária**, Orair diz que a definição depende do Congresso. O grande objetivo da secretaria diz, é deixar claro que o que vai decidir a questão "é a política". "Não adianta abraçar a melhor decisão técnica se ela não é politicamente factível. Mas deixamos claro que a arrecadação está dada. Se eu der algum tipo de benefício especial para determinado setor, a alíquota para todos os outros terá que aumentar, para compensar."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187512?page=1§ion=1>

Tebet diz ao Congresso que reforma tributária é urgente

Rosana Hessel

Anunciada na semana passada, a proposta de novo arcabouço fiscal só será encaminhada ao Congresso Nacional após o feriado da Páscoa. Mesmo sem o detalhamento necessário para tratar o rombo das contas públicas, a nova regra elaborada pelo governo precisa solucionar, entre outras, uma questão de fundo: onde obter mais receitas sem aumentar a carga tributária.

O aumento da arrecadação é um dos parâmetros do novo arcabouço para limitar o crescimento das despesas, além ser um fator importante para honrar os compromissos assumidos pelo governo Lula. O Bolsa Família de R\$ 600, o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, a nova tabela do Imposto de Renda e outras despesas pressionam as contas públicas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem falado que não pretende aumentar a carga tributária e que prepara um pacote de medidas para aumentar a arrecadação. Ela podem acrescentar até R\$ 150 bilhões ao caixa do governo.

As medidas em estudo, entretanto, não devem constar do texto do projeto de lei complementar que será encaminhado ao Congresso na semana que vem. De acordo com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, essas propostas ainda serão discutidas pelo ministro Haddad com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O incremento da receita, algumas dependem de ato normativo, outras dependem de alteração da lei. Então, vai ter uma cesta de opções para se chegar a um incremento de receitas sem aumentar a carga tributária, disse Tebet.

Ontem, a ministra atuou, pela primeira vez, como integrante do Executivo no Grupo de Trabalho (GT) da **Reforma Tributária**. Até então, ela havia participado das discussões do colegiado como senadora pelo Mato Grosso do Sul.

A ministra definiu o novo arcabouço fiscal como a bala de bronze, e que a verdadeira bala de prata será a **reforma tributária**. O arcabouço fiscal é a bala de bronze para dar credibilidade necessária e ir adiante

para os juros começarem a cair e poder o Brasil voltar a crescer e gerar emprego, dentro dessa ótica monetária. Mas a verdadeira bala de prata é a **reforma tributária**, definiu.

Segundo a ministra, o maior obstáculo do debate tributário é o problema federativo. A questão sempre parava, quando estava na ponta da agulha, na questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nós temos estados que consomem, e temos estados que produzem. É claro que há estados que consomem mais, outros produzem mais do que consomem, explicou, deixando claro que o governo federal está atento ao problema.

Segundo Tebet, o novo arcabouço fiscal está perto de ser concluído. O texto (do arcabouço fiscal) vai estar pronto até amanhã (quarta-feira). Já saiu do planejamento na parte orçamentária. Agora a palavra final é do ministro Haddad, explicou. Segundo Tebet, a publicação do novo texto deverá ficar para a próxima semana para evitar narrativas equivocadas.

Apesar das intenções do governo, analistas consideram improvável as contas públicas saírem do vermelho a partir de 2024, como pretende o Ministério da Fazenda. Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o rombo fiscal deste ano será de 1% do **PIB**, não sendo possível evitar um novo déficit em 2024.

Pelas estimativas de Vale, para o governo conseguir estabilizar o crescimento da dívida pública bruta a fim de cumprir as metas de resultado primário que o governo quer, o superavit primário necessário no novo arcabouço deveria ser de 4,4% do **PIB**, neste ano, e de 2,4% do **PIB**, no ano que vem.

As metas são difíceis de alcançar. Zerar já vai ser bem difícil, o que significa que não vai ser possível estabilizar a dívida, alerta Vale, que estima crescimento de 1% no **PIB** deste ano. Segundo ele, pensar em estabilizar a dívida pública nos próximos anos demandaria esforço fiscal muito maior.

O governo vai precisar detalhar melhor os números. Como está, o arcabouço vai demandar uma forte expansão de arrecadação que o governo terá que ser mais explícito como conseguirá. Sem falar que ajudar apenas por arrecadação e não gastos já tem as

dificuldades naturais , acrescentou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5085171-tebet-diz-ao-congresso-que-reforma-tributaria-e-urgente.html>

Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar reforma tributária

Raphael Pati*

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite), Rodrigo Spada, acredita que, finalmente, o país está maduro para aprovar uma **reforma tributária**. Participante de um dos grupos de trabalho sobre o tema na Câmara dos Deputados, ele está otimista. Considera não estar remando contra a maré .

Pela primeira vez sinto que a maré está favorável. Criou-se um movimento a favor da reforma que tem sido reforçado com a ocupação de cargos relevantes para a matéria por gente muito qualificada, referência no debate, como é o caso do Bernard Appy, secretário-extraordinário da **Reforma Tributária** e de toda sua equipe , destacou Spada.

No Congresso Nacional, duas Propostas de Emenda à Constituição - a PECs 45/2019 e a PEC 110/2019 - concentram as principais ideias em relação à **reforma tributária**. Elas unificam **tributos** como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já utilizado em 174 países.

As propostas também alteram a tributação sobre o consumo da população. Em vez de taxar o produto ou serviço na origem, a ideia é que o imposto seja aplicado no destino final. Em nível federal, o novo tributo seria chamado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já no âmbito dos estados e municípios, seria intitulado como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

É uma proposta absolutamente necessária. O sistema tributário atual está esgotado, falido e não tem mais espaço para puxadinhos, reparos pontuais. Isso derruba a competitividade da nossa economia na comparação com outros países , argumenta o presidente da Febrafite.

Precisamos de uma reforma estrutural, sólida, e o texto que está em discussão no Congresso nos entrega isso na tributação do consumo. De modo geral, a proposta deixa o sistema mais eficiente, mais simples e mais justo, fazendo com que quem tem menos recursos, pague menos **impostos** , acrescenta.

Spada também vê com otimismo o modelo de fiscalização tributária. Na nova estrutura, a fiscalização

será um sistema único, integrado nacionalmente. Assim, todos os contribuintes serão fiscalizados uma única vez para todos os **tributos** , avalia.

No próximo dia 12, Rodrigo Spada é um dos convidados do Correio Talks: **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos** , evento que reúne especialistas sobre o assunto, além de congressistas e membros do governo federal que trabalham em torno do tema. Os painéis serão transmitidos pelas redes sociais do Correio Braziliense e têm o patrocínio da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco).

Para o presidente da Febrafite, é fundamental mostrar, de forma clara, os benefícios que a **reforma tributária** trará ao Brasil. A **reforma tributária** não pode mais ser tema só de debates entre especialistas, é preciso que esteja disseminada para toda a sociedade , sustenta.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO ONLINE - RECIFE - PE
Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar **reforma tributária**
THE WORLD NEWS
Presidente da Febrafite diz que o país está maduro para aprovar **reforma tributária**

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5085148-presidente-da-febrafite-diz-que-o-pais-esta-maduro-para-aprovar-reforma-tributaria.html>

Reforma tributária: consumidor será informado na nota fiscal sobre qual é o preço dos produtos sem imposto

Por *Alexandro Martello, g1 - Brasília*

As principais propostas de **reforma tributária** sobre o consumo em discussão no Congresso Nacional contemplam uma maior transparência e precisão sobre o valor cobrado em **impostos**.

Se aprovada a mudança, será possível saber exatamente qual o preço do produto sem imposto - o que será obrigatoriamente informado na nota fiscal da compra. E, conseqüentemente, o valor dos **tributos** será destacado.

Atualmente, a lei determina que as notas fiscais tragam, ao menos, um valor aproximado dos **tributos**. Mas não há certeza sobre o valor exato dos **tributos** por conta das dificuldades de cálculo (veja mais abaixo nesta reportagem).

Nas prateleiras do supermercado

Nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, os produtos são anunciados nas gôndolas dos supermercados sem a cobrança dos **impostos**. Na hora do pagamento, são acrescidos os **tributos**, que aparecem na nota fiscal detalhada.

Os textos ainda não determinam se, no Brasil, os produtos aparecerão nas prateleiras também sem **tributos**, ou se continuarão sendo divulgados preços com os **impostos** já embutidos. Isso será definido posteriormente.

A tendência, segundo técnicos envolvidos na **reforma tributária**, é que seja informado somente o preço com **impostos** nas prateleiras para facilitar o cálculo da população e evitar surpresas na hora do pagamento. E que o valor do imposto seja discriminado na nota fiscal, emitida após o pagamento.

Compras pela internet

Nas compras pela internet, entretanto, os preços dos produtos anunciados devem aparecer somente sem a incidência dos **impostos**.

Isso acontece porque a alíquota final do IVA que será

cobrada depende do local em que os produtos serão comprados (cobrança no destino), que variará de acordo com o estado e município.

Porém, na hora do pagamento, os **tributos** serão inseridos (de acordo com a alíquota cobrada por cada estado e município), o que aumentará o valor total pago.

A cobrança no destino é um dos princípios da **reforma tributária**. Atualmente, os **impostos** são cobrados na origem, ou seja, onde é feita a produção, o que tem gerado a chamada guerra fiscal - que é a concessão de benefícios pelos estados e municípios para atrair empresas.

A avaliação de analistas é que a guerra fiscal deve ser combatida, pois gera distorções, como a escolha de locais não adequados para a instalação de fábricas, e também a perda de arrecadação por estados e municípios.

Dificuldade de cálculo

A transparência e a precisão do valor informado dos **impostos** pagos será possibilitada por uma mudança proposta na **reforma tributária**: que o futuro IVA, que substituirá os **tributos** atuais (PIS, Cofins, ICMS e ISS) incida somente sobre o preço do produto, sistema conhecido como por fora.

No sistema atual, com **impostos** cobrados por dentro, o ICMS estadual incide sobre o próprio ICMS e, também, sobre o PIS/Cofins. Isso quer dizer que há **impostos** embutidos no preços servem de base para a cobrança outros **tributos**, o que dificulta o cálculo do imposto total está sendo pago nos produtos e serviços adquiridos.

Segundo o secretário Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, apenas o Brasil, junto com a Bolívia, cobra imposto sobre o preço dos produtos e serviços por dentro - no qual há imposto embutido em cadeias anteriores.

Reforma tributária

Discutida há décadas e muito aguardado pelo setor produtivo, a **reforma tributária** é considerada essencial pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é tido como caótico por empresários e investidores.

ENTENDA A REFORMA NOS **IMPOSTOS** SOBRE O CONSUMO

Duas propostas tramitam atualmente no Congresso Nacional servirão de base para o texto final, que ainda está em negociação. São elas:

PEC 45 - IVA Único para União, estados e municípios, mas um imposto seletivo (sobre produtos nocivos). PEC 110 - IVA Dual, ou seja, um imposto para estados e municípios, além de outro para o governo federal e, também, um imposto seletivo (sobre produtos nocivos).

As propostas em discussão contemplam a extinção do PIS, da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Eles seriam trocados por um imposto sobre valor agregado, já existente em países desenvolvidos, que seria não cumulativo, ou seja, que seria pago uma só vez por cada etapa na cadeia (produtor, distribuidor e comerciante). Também haveria a cobrança de um imposto seletivo sobre produtos nocivos, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Apesar de prioritária, a reforma é considerada complexa do ponto de vista político. Diferentes governos tentaram, sem sucesso, fazer a **reforma tributária** nas últimas décadas, focados principalmente na tributação sobre o consumo.

As propostas esbarraram em resistências de caráter regional, partidário e de diferentes setores produtivos, todos representados no Congresso Nacional.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/05/reforma-tributaria-consumidor-sera-informado-na-nota-fiscal-sobre-qual-e-o-preco-dos-produtos-sem-imposto.ghtml>

Alckmin sobre reforma tributária: Há solução para setores, podemos ter mais de uma alíquota

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou nessa terça-feira, 4, que é possível ter mais de uma alíquota na **reforma tributária** para atender a setores que estão preocupados com as mudanças negociadas no Congresso.

A **reforma tributária** vai melhorar, porque vai estimular o investimento, vai simplificar, vai estimular exportação. Alguns tipos de indústria se não exportarem, fecham. A empresa que exporta consegue avançar mais, disse Alckmin, durante discurso em evento de posse da nova diretoria da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, presidida pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2023/04/1043057-alckmin-sobre-reforma-tributaria-ha-solucao-para-setores-podemos-ter-mais-de-uma-aliquota.html>

Reforma tributária usará 'cashback' para criar benefícios na área de educação, diz Appy

Por Geralda Doca, Manoel Ventura e Thiago Bronzatto - Brasília

Escalado pelo governo Lula para aprovar a **reforma tributária**, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, diz que acompanha o tema há muitos anos, mas nunca viu um clima tão favorável para tirar do papel um projeto que tramita há mais de três décadas no Congresso.

Ao GLOBO, ele reconhece que precisa contornar resistências de alguns setores, admite que as áreas de saúde e educação poderão ter tratamento diferenciado no novo modelo de cobrança de **impostos** e diz que alguns serviços prestados para o consumidor final "poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual".

A proposta discutida com parlamentares funde **impostos** federais e estaduais, dando lugar ao chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que teria uma alíquota geral de 25%. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual é o balanço que o senhor faz do estágio atual da **reforma tributária** e a perspectiva de aprovação?

Estou bastante otimista com relação à aprovação no Congresso. Acompanho esse tema há muitos anos e nunca vi um clima tão favorável. É óbvio que tem um trabalho a ser feito e o relatório ainda precisa ser apresentado, mas acredito que o clima é bastante favorável à aprovação, com alguns ajustes que serão necessários para poder viabilizá-la politicamente.

Quais são os ajustes necessários?

Não vou entrar em detalhes, porque isso será uma decisão política. Sabe-se que há algumas resistências setoriais e, portanto, vai ter que ter alguma construção para mitigar resistências. Há várias formas de fazer essa construção. Não tem um único modelo.

Qual será o melhor modelo considerando as duas propostas em tramitação?

O texto-base vai ser das duas PECs (propostas de emendas constitucionais). Os textos são muito mais semelhantes hoje. A questão é se vai ser um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) único ou um IVA dual.

A impressão que temos é que, do ponto de vista das empresas, o ideal seria ter um único IVA, porque é mais simples.

Do ponto de vista federativo, a nossa percepção é que o modelo de IVA dual ajuda mais politicamente a **reforma tributária**. Mas a diferença entre os modelos é muito pequena.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que há uma discussão de alíquotas diferenciadas para atender alguns setores. Como isso funcionaria?

Alíquota diferenciada é uma forma de tratamento setorial diferenciado e existem outros. Por exemplo: no caso de educação, ao invés de colocar uma alíquota menor que favorece a todos, do pobre ao rico e a classe média, pode ter um sistema em que faz um cashback (dinheiro de volta) do imposto pago por aluno até determinado valor.

Assim, se consegue fazer uma desoneração total ou quase total para uma pessoa de classe média e classe média baixa, que paga uma mensalidade baixa para o filho, e desonerar pouco a mensalidade da pessoa rica que coloca o filho na escola que custa R\$ 10 mil por mês. A alíquota diferenciada é uma possibilidade, e não necessariamente a que será adotada.

Como o "cashback" vai funcionar?

O que tem sido mais discutido é o uso do cashback com fins distributivos, para devolver o imposto incidente no consumo de famílias de baixa renda. Como isso vai ser feito? Isso está em aberto. Qual o instrumento pelo qual vai devolver? Tudo está sendo estudado.

Sociedades profissionais como advogados, médicos e contadores pagam hoje PIS/Cofins a 3,65%, uma vez que o ISS é um valor fixo que independe da receita. Com a reforma, passariam a um imposto único estimado em 25%. Isso é razoável?

Um prestador de serviços que está no meio da cadeia, como um advogado ou um contador que presta serviço para uma empresa, paga imposto e não recupera os créditos que adquire. No regime não cumulativo do IVA, ele recupera todo o crédito. Ele tem uma tributação mais alta, mas dá crédito integral para o

tomador do serviço.

Em prestação de serviço para o consumidor final, como educação e saúde, há indicações de que terá tratamento favorecido. Isso vai ser definido pelo Congresso. O restante dos serviços tem uma questão de saber o seguinte: quem consome serviço no Brasil são famílias ricas ou famílias pobres? São famílias ricas.

Quando se tributa menos o consumo de serviço do que o consumo de mercadoria, estamos tributando menos o rico do que o pobre.

Como assim?

O cidadão consome mercadorias e serviços, vai baixar o custo de um e eventualmente, aumentar o custo de outros. Por que tem que manter o sistema atual que tributa menos aquilo que o rico consome do que aquilo que o pobre consome? Essa questão tem que ser colocada no debate político.

Como vencer essa resistência do setor de serviços?

Na média, o custo do serviço prestado para a empresa vai reduzir em relação à situação atual. Não que todo mundo vai pagar mais. Vamos deixar bem claro: o custo líquido para o tomador de serviço vai ficar menor do que no sistema tributário atual. Alguns serviços prestados para consumidor final poderão ter um aumento de tributação em relação à situação atual.

A maior parte das mercadorias consumidas vai reduzir o custo em relação à situação atual. Tem que olhar o efeito sobre o poder de compra das famílias, e não o efeito sobre um setor específico.

Quais são os outros setores que podem ter tratamento diferenciado?

Se tiver, vão ser discutidos no Congresso. A nossa posição no Ministério da Fazenda é que tem o mínimo possível de exceções. Mas eu posso garantir que todos os setores da economia vão ser beneficiados. Não estou dizendo que são todas empresas do Brasil, mas todos os setores, sim.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o governo ainda não tem base para aprovar a reforma...

Ela é uma agenda suprapartidária. Não é uma agenda ideológica, de esquerda ou de direita, é uma agenda a favor do Brasil. Eu não acredito que seja uma reforma que vai ser votada (na lógica de) governo contra a oposição.

Os temas que vão estar em debate não são de natureza ideológica. Eu converso com parlamentares de todas as linhas políticas. A reforma tem aderência.

O presidente Lula tem se engajado?

A reforma é uma prioridade do governo, isso é muito claro. O presidente Lula entrará na hora necessária, certamente, ele entrará em campo. O presidente Lula está apoiando internamente e ele certamente entrará em campo politicamente, quando ele achar que é adequado.

O ministro Fernando Haddad disse que pretende avançar na desoneração da folha de pagamentos. Como ficará?

Estamos discutindo a tributação do consumo. No segundo semestre vamos discutir a renda e da folha de pagamentos. Não tem nada definido.

Para a desoneração dos 17 setores que mais empregam, que vence no fim do ano, o que será feito?

Isso é uma coisa muito específica. Quando se está discutindo a desoneração da folha, pode-se discutir coisas mais amplas do que simplesmente isso. A grande questão é saber como financiar. Isso vai ser discutido posteriormente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/reforma-tributaria-usara-cashback-para-criar-beneficios-na-area-de-educacao-diz-appy.ghtml>

O dinheiro que falta para o ajuste fiscal (Editorial)

Correio Braziliense

A apresentação da nova regra fiscal pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, agradou a investidores e empresários, mas deixou em todos uma dúvida. Se o governo assume o compromisso de controlar os gastos públicos a partir de uma trava que limita a expansão das despesas a 70% do avanço dos investimentos no ano anterior, com esse gatilho caindo para 50% em caso de descumprimento da meta, nos cálculos futuros das contas públicas, ficou a dúvida sobre como o governo conseguirá agir do ponto de vista da arrecadação de **impostos** e outras receitas para ter o dinheiro suficiente para zerar o deficit primário em 2024.

Na segunda-feira, o próprio ministro detalhou que serão necessários de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões para que o resultado primário das contas públicas seja equilibrado a partir do ano que vem. Apresentou ainda propostas que devem ser encaminhadas ao Congresso para cobrar **impostos** de sites de apostas e de empresas de e-commerce chinesas.

A estimativa é de arrecadação de R\$ 15 bilhões apenas com as apostas e entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões com as vendas chinesas no país. Ainda assim, a conta não fecha, pois são pouco mais de R\$ 30 bilhões, faltando entre R\$ 70 bilhões e R\$ 120 bilhões para se chegar ao valor necessário para zerar o deficit.

O ministro defende que esses recursos venham dos incentivos, hoje, concedidos a uma série de empresas de diversos setores e que somam cerca de R\$ 400 bilhões.

Conseguindo reduzir esses incentivos em um quarto, o governo conseguiria R\$ 100 bilhões. Mas esse dinheiro não existe na prática, e o governo precisa do Congresso para aprovar uma redução de incentivos maior do que a prevista no Projeto de Lei 3.203/21, de 2021, que prevê a redução de incentivos a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) até 2026, o que significa R\$ 22,4 bilhões a valores de 2021.

Com esse montante, a conta ainda não fecha e serão necessários mais cortes de incentivos. Se assim for, é preciso que governo e empresas cheguem a um ponto de convergência para que os incentivos sejam

efetivamente destinados à criação de empregos e ao desenvolvimento tecnológico, e não apenas servindo para cobrir perdas na margem de lucro em momentos de crise.

É preciso buscar eficiência no uso dos recursos públicos, seja para gerir a máquina pública, seja para fomentar a economia.

É indispensável que o governo busque dar maior transparência para as despesas públicas, tanto de custeio quanto de desembolsos e renúncias fiscais, para que obtenha maior eficiência e, conseqüentemente, melhor resultado.

A ministra Simone Tebet falou em melhorar o gasto público. Depois de três meses de governo, é momento não só de falar em mais recursos para o caixa do governo sem nenhuma contrapartida do ponto de vista das despesas de custeio da máquina pública. Onde e como é possível melhorar o gasto público, a fim de buscar eficiência na administração pública. Pior do que gastar é gastar mal. E o Brasil faz dessa forma há muito tempo.

A outra ponta que pode representar recursos adicionais para o governo vem das taxas de juros, que oneram a dívida pública e o fluxo de caixa. Apenas com a amortização de juros, o país desembolsou o total de R\$ 586 bilhões em 2022. Caso o Banco Central mantenha a taxa de juros em 13,75% até o fim do ano, a previsão é de que os gastos com juros girem em torno de R\$ 800 bilhões. Talvez daí venha a insistência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em criticar a política monetária do Banco Central. Os juros altos sufocam a economia e podem reduzir a arrecadação, sendo que, ao mesmo tempo, elevam o desembolso do Tesouro com a rolagem da dívida pública. A conta do ajuste não fecha e o governo precisará mais do que simplesmente apostar no aumento da arrecadação, mas em reduzir os gastos da máquina pública.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/05/all.pdf>

Reflexões sobre a reforma tributária (Artigo)



Tiago Cavalcanti é professor titular de Economia da Universidade de Cambridge, da FGV-EESP e colunista do Valor. Aloisio Araujo é professor titular da FGV-EPGE e pesquisador emérito do IMPA

Desde que Frank Ramsey, célebre matemático, filósofo e economista inglês, publicou seu artigo seminal sobre tributação ótima do consumo em 1927, o desenho eficiente da estrutura tributária de um país tem provocado intensos debates, especialmente entre economistas.

A teoria de tributação ótima procura determinar uma estrutura de taxa que busque a eficiência na alocação dos recursos, dada as restrições de arrecadação dos governos. Os principais resultados teóricos neste tópico têm influenciado propostas de reformas tributárias em diversos países ao longo de quase um século.

No artigo "Optimal Taxation in Theory and Practice", publicado no Journal of Economic Perspectives, em 2009, Mankiw, Wein-zerl e Yagan revisaram vários resultados da teoria econômica sobre tributação ótima. Uma das principais conclusões do artigo é que apenas bens finais devem ser tributados em uma alíquota única. A ideia central é que bens intermediários não devem ser tributados, já que a presença de **tributos** na cadeia produtiva distorce as alocações dos fatores de produção, como capital e trabalho, entre as empresas e setores. Além disso, bens finais semelhantes devem ser tributados uniformemente, para evitar a distorção das decisões de consumo dos indivíduos e, conseqüentemente, a queda de bem-estar.

No Brasil, a proposta de **reforma tributária** da PEC 45/2019 visa simplificar, reduzir a complexidade e

aumentar a transparência do sistema tributário, unificando vários **tributos** federais, estaduais e municipais em um único imposto sobre bens e serviços (IBS).

O IBS segue o modelo dos **impostos** sobre o valor adicionado (IVA), que corresponde ao desenho de tributação de bens e serviços na maioria dos países desenvolvidos. O IVA não incide em cascata em cada etapa da produção, bens intermediários não são tributados, e é, portanto, diferente das outras formas de tributação indireta, como a tributação sobre o faturamento das empresas. Assim, a **reforma tributária** atualmente proposta no Brasil tem fundamentos analíticos sólidos, baseados em resultados rigorosos da teoria econômica de tributação ótima.

No entanto, a grande maioria dos artigos sobre tributação ótima não considera a questão da sonegação fiscal. No Brasil, não só a evasão de **tributos** é elevada, como também é heterogênea entre os setores produtivos. Atividades como agricultura e construção civil têm alta evasão fiscal, enquanto produção de petróleo e gás e intermediação financeira têm evasão fiscal relativamente mais baixa.

Além disso, o comportamento da sonegação fiscal varia de forma significativa por setor produtivo em resposta a mudanças nas alíquotas de **impostos**. Essa é a conclusão apresentada no estudo "Should Governments Tax Commodities Uniformly? Theory and Evidence from Brazil", que realizamos em conjunto com os economistas Breno Albuquerque e Gil Navarro.

Em 1999, houve um aumento quase uniforme de 50% na alíquota do Cofins, imposto que incide sobre o faturamento das empresas, para todos os setores de atividade, enquanto o imposto PIS, que também tem incidência sobre o faturamento, permaneceu inalterado. Com base nessa mudança do Cofins e na manutenção da alíquota do PIS, foi possível calcular a diferença entre o aumento real da receita fiscal de cada setor produtivo e o aumento que teria ocorrido na ausência de evasão fiscal do Cofins. Esse cálculo permitiu determinar a elasticidade da evasão fiscal em relação à alíquota do imposto por setor de atividade no Brasil.

Os resultados obtidos indicam que um aumento de 50% na alíquota de um imposto, como ocorreu com a Cofins, resulta em um aumento da evasão fiscal de 18% na construção civil e apenas 2,5% no setor de

intermediação financeira, evidenciando uma heterogeneidade significativa entre setores.

Se a evasão fiscal for muito elevada entre os bens finais, a tributação de bens intermediários pode ser indispensável. Com base nesta motivação empírica, introduzimos a evasão fiscal em um modelo econômico que considera diversos setores produtivos com bens intermediários e finais. Constatamos que, na maioria dos casos, não deve haver tributação sobre os bens intermediários. Ou seja, a estrutura do IVA se mostra robusta quando a evasão fiscal é considerada, porém a tributação uniforme de bens finais não é necessariamente recomendável do ponto de vista de eficiência econômica.

A explicação fundamental é que uma alíquota uniforme não implica uma taxa efetiva uniforme, uma vez que setores com maior evasão fiscal tendem a apresentar alíquotas efetivas menores. Ademais, demonstramos que se a evasão fiscal for significativamente elevada entre os bens finais, a tributação de bens intermediários pode ser ótima e indispensável.

Nosso objetivo não é argumentar que a proposta de **reforma tributária** atualmente em curso na Câmara Federal se mostra equivocada. Evidente que há vários pontos cruciais de simplificação e transparência que poderiam levar à redução da evasão fiscal e diminuição do lobby político dos diversos setores produtivos em busca de menores alíquotas. No entanto, é fundamental compreendermos as características da economia brasileira e reconhecermos que a maioria das propostas para a implementação de um IVA único não leva em conta a evasão fiscal e sua heterogeneidade entre os distintos setores produtivos. Além do mais, poucos países de fato tem IVA único.

O debate precisa ser aprofundado para chegarmos a um estrutura tributária minimamente eficiente. Não podemos perder esse atual momento histórico quando as mais diversas correntes políticas verbalizam que irão apoiar esta importante reforma para o país.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Reflexões sobre a **reforma tributária**

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1)**

Recorde de empresas inadimplentes

RAFAELA GONÇALVES

Em fevereiro, 6,5 milhões de empresas brasileiras estavam negativadas, segundo o Indicador de Inadimplência das Empresas, medido pela Serasa Experian.

Este é o recorde da série histórica do índice, iniciada em janeiro de 2016. O volume representa R\$ 112,9 bilhões em dívidas atrasadas, o total de empresas negativadas no período supera os números de fevereiro de 2022, quando haviam 6,0 milhões de empresas inadimplentes.

De acordo com o levantamento, cada empresa possui sete dívidas vencidas por CNPJ. O setor de serviços lidera o ranking, com 53,8% do total das empresas negativadas, seguido pelo comércio (37,3%) e indústria (7,7%). Completam a lista os setores primário (0,8%) e outros (0,4%), que abrange o setor financeiro e o terceiro setor.

Após se arriscar na tentativa de expandir seu negócio, a confeitaria Eduarda Pessoa, 27 anos, entrou para as estatísticas das empresas inadimplentes.

"No final do ano passado eu quis dar um passo maior e abrir um segundo ponto de vendas em um shopping. Eu sei que é preciso esperar o investimento de pagar nos primeiros meses até que comece a dar lucro, mas em meio ao início da loja nova eu tive uma série de problemas pessoais, acabei não conseguindo manter os gastos e me endividei", contou a confeitaria, que precisou fechar a sua filial e está na luta para quitar os débitos que ficaram.

O economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi, pontuou que o endividamento das empresas possui correlação com a inadimplência dos consumidores, que também voltou a crescer. Apenas em fevereiro 433 mil pessoas entraram para o registro de negativados no país, chegando a um total de 70,5 milhões de inadimplentes.

"Mesmo que existam oscilações positivas e alguns empreendedores consigam quitar suas dívidas, como aconteceu em janeiro, a melhoria contínua da inadimplência dos empreendimentos depende muito do cenário de negativação entre os consumidores", avaliou o economista. "Enquanto esse não diminuir de fato, as empresas seguirão encontrando desafios para manter um quadro de melhora significativo", acrescentou.

O recorte que mostra o segmento em que as dívidas foram contraídas revelou destaque para a categoria outros - Empresas financeiras e de Terceiro Setor.

Os setores de bancos e cartões e serviços também concentram a maioria dos débitos a serem ressarcidos.

Na análise por Unidades Federativas, a inadimplência mostrou maior concentração em São Paulo, com mais de 2 milhões de empresas negativadas.

Em sequência está o estado de Minas Gerais, seguido pelo Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. O Distrito Federal aparece em 14º lugar no ranking, com 119,4 mil empresas negativadas.

O economista e CEO da Ativa Investimentos, Diego Hernandez, destacou como o aperto monetário implica no índice de inadimplência das empresas. "O aumento dos juros pelo Banco Central para conter a disparada da **inflação** comprometeu bastante a capacidade desses empreendedores de pagarem suas dívidas.

Eles acabam não encontrando acesso no mercado de capitais no caso das empresas de maior porte", afirmou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/05/all.pdf>

No vermelho

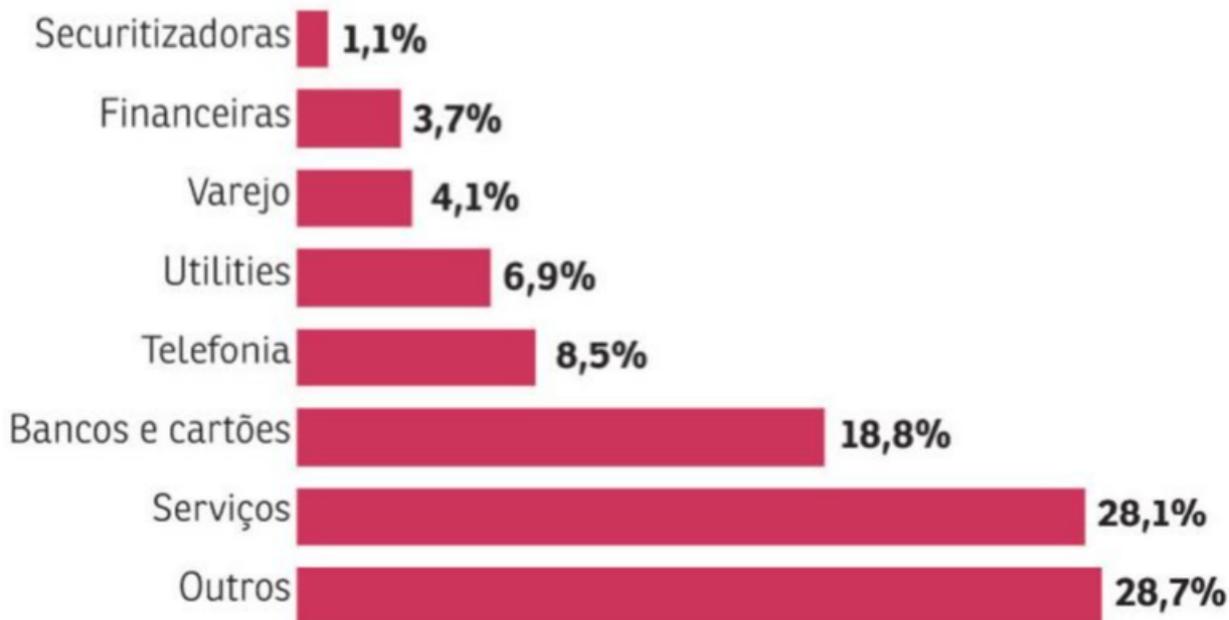
Inadimplência das empresas é a maior da série histórica do Serasa **6,5**

HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 12 MESES

(milhões)



SETORES



Fonte: Serasa.

Haddad discute meta de inflação com BC e fala em mudança de calendário

Eduardo Cucolo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça (4) que conversou nesta semana com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre questões como meta de **inflação**, distorções de planejamento tributário e melhora no mercado de crédito.

Em conversa com investidores durante evento realizado pelo Bradesco BBI, o ministro da Fazenda citou diversas vezes o presidente do BC, com quem se reuniu no dia anterior, e disse que estão sendo criadas as condições para que a harmonia entre Banco Central e Fazenda se estabeleça de uma vez por todas.

Haddad afirmou que precisa lidar com um cenário desafiador, que é a autonomia do Banco Central. "Primeira vez que um ministro da Fazenda se depara com uma situação nova, que a gente tem de construir uma relação de confiança e de parceria para concorrer para os mesmos objetivos", disse o ministro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito duras críticas ao presidente do BC por manter a Selic, a taxa básica de juros, em 13,75% ao ano.

Em relação à meta de **inflação**, Haddad afirmou que ele e Campos Neto trataram do debate, no mercado e na academia, sobre o efeito de uma alteração nesse objetivo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

"Há uma discussão se mudança de meta ancora ou desancora [expectativas]. Também tratei desse assunto com o Roberto Campos Neto aqui para aferir a opinião dele a respeito deste debate, não a opinião dele sobre a meta, porque não estamos discutindo isso neste momento, não discutimos esse assunto ao longo deste ano", disse.

Segundo ele, outras questões serão discutidas no momento em que forem fixadas as metas para os próximos anos.

"[Aí] É o momento de verificar se as metas foram bem calibradas, se é o caso de manter, se é o caso de não adotar o calendário gregoriano, se é o caso fazer aquela meta contínua que a maioria dos países adota."

Segundo Haddad, só Brasil e Turquia têm metas de ano-calendário. "Quase todos que têm meta de **inflação** têm calendário contínuo. Você vai por aproximação chegando na meta", afirmou.

"Tenho lido coisas muito interessantes entre os macroeconomistas que acompanham o que está acontecendo no mundo. Estamos ouvindo também técnicos do Banco Central."

No Brasil, a meta de **inflação** se refere à alta do índice de preços ao consumidor acumulada de janeiro a dezembro, seguindo o ano-calendário. Em outros países, como o Chile, é considerada a **inflação** acumulada em 12 meses de maneira contínua - o índice deve ficar dentro do limite durante todo o ano.

Embora pareça um objetivo mais difícil de ser alcançado, há regras que tornam esse regime mais flexível. No Chile, a **inflação** deve ficar "na maioria das vezes" em torno de 3%, com uma faixa de tolerância de mais/menos um ponto percentual.

Os bancos centrais do Reino Unido e Canadá dizem que os juros demoram até dois anos para ter pleno efeito na economia, portanto, a política monetária tem de ser dosada olhando para um futuro mais distante, e não para trazer a **inflação** rapidamente para baixo.

Os dois também trataram de questões tributárias. O governo federal vai mandar ao Congresso um projeto de lei para fechar uma brecha legal que leva alguns contribuintes a abater do IRPJ/CSLL (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) volumes significativos de benefícios fiscais do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), concedidos pelos estados às empresas quando a atividade é de custeio. Haddad não deixou claro se vai se posicionar também contra o abatimento no caso de investimentos.

O ministro afirmou que "meia dúzia de pessoas estão se valendo de uma interpretação de alguns juizes" que não está consolidada nos tribunais superiores e que precisa chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que o problema seja corrigido. "Vamos fazer a lei, contando com a compreensão do Legislativo e do Judiciário", afirmou.

O governo gasta hoje quase R\$ 90 bilhões para subvencionar custeio, a partir de uma emenda que entrou em uma lei e que foi sancionada quando a expectativa de renúncia era de R\$ 5 bilhões. "Estamos falando agora de R\$ 131 bilhões [custeio e investimento]", disse o ministro.

50237&maxTouch=0&_ga=2.148818037.33449528.1680498398-1380897342.1635735907

O presidente do BC disse ter identificado distorções no valor de R\$ 300 bilhões, segundo o ministro, que não detalhou o número.

Nova regra fiscal vai ao Congresso depois da Páscoa, diz Padilha

Renato Machado

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a proposta de novo arcabouço fiscal deverá ser encaminhada ao Congresso na próxima semana.

Padilha concedeu entrevista a jornalistas nesta terça-feira (4) para anunciar a instalação de quatro comissões mistas no Congresso para a análise de medidas provisórias.

O ministro acrescentou que há um acordo para a manutenção de um calendário de tramitação da proposta de novo arcabouço fiscal.

"[Há o compromisso de] manter o calendário prioritário para o governo de votação do novo marco fiscal, o debate está indo muito bem, recepção muito positiva dentro do Congresso Nacional. Acreditamos que após a Semana Santa já tenha definição do relator pela Câmara, [para] que a gente possa iniciar toda a tramitação", afirmou o ministro.

Padilha disse que não existe nenhum atraso no envio da proposta, considerando que ela foi apresentada publicamente na quinta-feira (30). Ele afirmou ainda que o Ministério da Fazenda está em fase de detalhamento do conteúdo.

Após uma longa espera e discussão, o governo do presidente Lula apresentou na semana passada a proposta do novo arcabouço fiscal, para substituir o teto dos gastos.

A proposta assegura um crescimento real das despesas (acima da **inflação**) em todos os anos, cria um piso para investimentos públicos e conta com o êxito de uma série de medidas do lado da arrecadação para conseguir entregar a prometida melhora nas contas públicas.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

Arcabouço teria economizado R\$ 64,6 bi por ano, diz estudo

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA**

Se o novo arcabouço fiscal já estivesse em vigor desde 2011, o governo federal teria tido uma economia de R\$ 775,3 bilhões no período - ou de R\$ 64,6 bilhões ao ano. Os cálculos foram feitos pelos economistas Felipe Salto e Josué Pellegrini, da corretora Warren Rena. As simulações indicam que, na prática, os gastos médios anuais teriam sido menores do que os efetivamente observados, a preços de 2022.

Ao Estadão, Salto disse que a simulação ajuda a mostrar o potencial da nova regra de gastos anunciada pela equipe econômica para tentar ajustar a trajetória das contas públicas. "O efeito de quase R\$ 65 bilhões ao ano entre 2011 e 2022 é muito relevante. A regra, se observada, será boa para o equilíbrio fiscal", diz Salto, economista-chefe da Warren. O ano de 2011 foi considerado como referência para ter um período mais longo de comparação e escapar de efeitos da crise financeira de 2008.

O estudo destaca que a simulação é uma forma de avaliar a regra de gastos contida no novo arcabouço fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para substituir o atual teto de gastos - que desde 2017 atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

No período de 2011 a 2022, as despesas cresceram a uma média anual de 2,5% em termos reais (acima da **inflação**). A nova regra prevê que a despesa primária só poderá aumentar 70% da taxa de crescimento real da receita líquida passada, mas com um piso de 0,6% e um teto de 2,5%, em termos reais. Nesse período de 2011 a 2022, a receita líquida (sem as transferências a Estados e municípios) cresceu a uma média anual de 1,4%.

Pelos dados coletados para as simulações, de 1998 a 2008 o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu 3,2% em média ao ano, em termos reais, e a receita líquida aumentou 7,3%. De 2009 a 2019, enquanto o **PIB** cresceu a uma média anual de 1,9%, a receita líquida avançou 2,1% ao ano. Para os dois economistas, a definição de uma banda entre 0,6% e 2,5% reduz os efeitos da vinculação da regra de gastos às receitas líquidas.

ARRECADAÇÃO.

A crítica que analistas têm feito é de que o novo arcabouço fiscal dependeria de um forte aumento da carga tributária, também por estar baseado em regra de gasto dependente da dinâmica da receita e em melhora do resultado primário, que pode não ser acompanhado por corte de gastos.

Salto e Pellegrini destacam que as metas de resultado primário (receita menos as despesas sem levar em conta os juros da dívida) das contas do governo previstas no arcabouço são ambiciosas e precisarão ser cumpridas. Um desafio maior, sobretudo, nos dois primeiros anos.

A eliminação do déficit primário no ano que vem, pelos cálculos da Warren Rena, dependeria de um esforço fiscal adicional de cerca de R\$ 105 bilhões.

Haddad disse trabalhar com o reforço da arrecadação entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões.

No estudo, os dois economistas avaliam que a melhora das condições fiscais não depende de zerar o déficit primário das contas públicas no ano que vem.

"A regra de gastos, per se, produziria efeitos importantes sobre a dinâmica da dívida ao melhorar os esforços fiscais primários", afirma o estudo. A previsão para 2023 é de que as despesas crescerão cerca de 6,7% em termos reais - uma taxa bastante elevada, resultado da contratação de gastos adicionais, desde o ano passado, na esteira das eleições e, depois, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que elevou o teto de gastos em R\$ 145 bilhões e autorizou mais R\$ 24 bilhões fora do limite de despesas.

A conclusão do estudo é de que qualquer taxa de crescimento para 2024 incidirá sobre uma base elevada e, mais do que isso, a maior parte das pressões pós-eleições já terá sido contemplada, como reajustes salariais, novo salário mínimo e novo piso da enfermagem, entre outros. Sem novas medidas com efeito fiscal relevante, seria possível comportar, no primeiro ano de vigência da regra, um crescimento modesto para a despesa primária.

O recálculo das séries fiscais para o período levou à conclusão de que os resultados primários teriam sido melhores em praticamente todos os anos. A avaliação é de que isso não garante que a aplicação da regra, a partir de 2024, produzirá resultados correlatos, mas ajuda a mostrar que a limitação de gastos proposta "não é uma regra fraca".

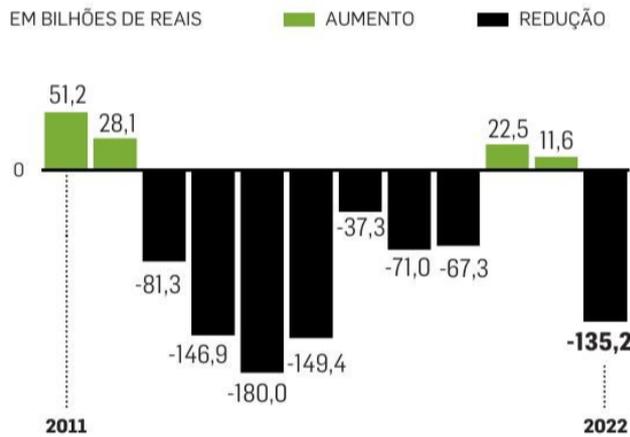
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CONTAS PÚBLICAS

Veja como seria se o arcabouço fiscal estivesse em vigor desde 2011

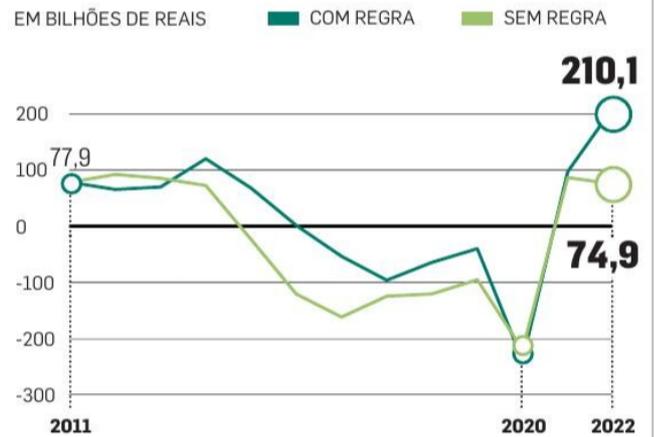
Despesas

Com a regra proposta pela equipe de Haddad, as despesas teriam redução média de R\$ 64,6 bilhões por ano



Resultados

Contas públicas fechariam com resultado primário melhor caso o arcabouço fiscal estivesse funcionando



FONTE: WARREN RENA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Parcelamento via Pix entra na pauta de Haddad e BC

GIORDANNA NEVES e EDUARDO LAGUNA/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem ter conversado com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre a possibilidade de parcelamento de operações de débito no Pix - o sistema de transferências instantâneas de recursos administrado pelo BC. "Falava ontem (segunda-feira) com Roberto Campos Neto sobre o parcelamento de débito pelo Pix, que pode ser uma grande inovação do nosso sistema bancário.

Você parcelar usando essa ferramenta, e melhorando as condições de competitividade do crédito no País", afirmou o ministro, durante evento promovido pelo Bradesco BBI.

A proposta faz parte de uma extensa agenda defendida pela equipe econômica para alavancar as condições de crédito no País. O efeito de possíveis mudanças de meta sobre as expectativas de inflação foi outro tema debatido no encontro, segundo o ministro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação cai na OCDE

A **inflação** nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu para 9,2% em fevereiro, uma queda de 0,4 ponto percentual em relação a janeiro. Os preços de energia puxaram a queda.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187512?page=1§ion=1)**